



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO  
UEMASUL- CAMPUS AÇAILÂNDIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS  
CCHSTL  
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

**ASSUELIA FERREIRA DA SILVA**

**PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE:** Desafios e  
possibilidades de conciliar maternidade e vida acadêmica

Açailândia  
2024

Rua Godofredo Viana, 1.300 – Centro. CEP. 65901-480 – Imperatriz/MA. Fone: (99) 3528-4225

C.N.P. J26.677.304/0001-81 - Criado nos termos da Lei nº 10.525, de 03.11.2016



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

**ASSUELIA FERREIRA DA SILVA**

**PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE:** Desafios e possibilidades de conciliar maternidade e vida acadêmica

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL/ Campus Açailândia. Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras – CCHSTL como pré-requisito para o trabalho de conclusão de curso.

Orientador (a): Layza Samelyne Lima da Silva

Açailândia  
2024

Rua Godofredo Viana, 1.300–Centro.CEP.65901-480–Imperatriz/MA.Fone:(99)3528-4225

C.N.P.J26.677.304/0001-81-Criado no termo da Lei nº.10.525, de 03.11.2016



S586p

Silva, Assuelia Ferreira da

Presença e atuação de mulheres mães na universidade: desafios e possibilidades de conciliar maternidade e vida acadêmica / Assuelia Ferreira da Silva. – Açailândia: UEMASUL, 2024.

59 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharel em Administração) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2024.

Orientadora: Profa. Esp. Layza Samelyne Lima da Silva.

1. Maternidade. 2. Permanência. 3. Universidade. 4. Apoio. 5. Estudantes. I. Título.

CDU 378-055.2(812.1)



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

**ASSUELIA FERREIRA DA SILVA**

**PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE:**  
Desafios e possibilidades de conciliar maternidade e vida acadêmica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL/ Campus Açailândia. Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras – CCHSTL como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em: 29/02/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



LAYZA SAMELYNE LIMA DA SILVA  
Data: 15/03/2024 15:14:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Esp. Layza Samelyne Lima da Silva (Orientadora)**

Especialista

Documento assinado digitalmente



AMELIA ALINE CAVALCANTE LIMA OLIVEIRA  
Data: 14/03/2024 11:13:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Esp. Amélia Aline Cavalcante Lima Oliveira**

Especialista

Documento assinado digitalmente



NAYARA SILVA DOS SANTOS  
Data: 18/03/2024 15:35:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Nayara Silva dos Santos**

Doutora

Rua Godofredo Viana, 1.300 – Centro. CEP. 65901-480 – Imperatriz/MA. Fone: (99) 3528-4225

C.N.P. J26.677.304/0001-81 - Criado nos termos da Lei nº. 10.525, de 03.11.2016





Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

Tenho a certeza de que, sem a minha base familiar, este sonho não se tornaria realidade. Dedico à finalização de minha pesquisa a toda minha família, especialmente aos meus pais. Também, em especial, dedico este trabalho a todas as mães guerreiras que para realizarem seus sonhos assumem segundas, terceiras e até quarta jornada de trabalho. A elas minha total admiração e respeito.





## AGRADECIMENTOS

Na construção desse trabalho fora empregado e acrescentadas doses de amor, esperança e principalmente vontade. Essa vontade de superar, de mostrar que posso mais e foi isso que me inspirou a continuar buscando sempre o melhor de mim e o melhor que posso oferecer.

Em primeiro lugar agradeço a Deus que me deu saúde, força e perseverança no decorrer de toda a minha vida e iluminou meus passos nos momentos mais difíceis dessa jornada. A minha família e amigos que apoiaram e incentivaram meus projetos e estiveram comigo durante todo esse processo para que eu não desistisse quando estava desanimada, e em especial minha mãe Vera Lucia Ferreira da Silva que com muitos sacrifícios me educou e me fez ser a mulher que hoje sou. Além de agradecer imensamente a minha filha que foi o meu maior motivo para continuar, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, é ela a inspiração da minha vida como também para a realização desse trabalho foi ela quem me inspirou e é por ela que estou aqui para que sinta orgulho e admiração por mim pra que siga os meus passos para lutar e conseguir o que ela desejar.



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo.

(Paul Pilzer)

Rua Godofredo Viana, 1.300–Centro.CEP.65901-480–Imperatriz/MA.Fone:(99)3528-4225

C.N.P.J26.677.304/0001-81-Criado no termo da Lei nº.10.525, de 03.11.2016





## RESUMO

As mulheres vêm a cada dia mais sendo inseridas no ambiente acadêmico, e em variadas etapas de suas vidas, elas estão compreendendo a necessidade de obtenção de conhecimento para que possam adentrar ao mercado de trabalho para que consigam melhorar de vida e proporcionar o melhor para suas famílias. Considerando o exposto, abordar temática ao qual engloba o assunto Mães, pois é notório que estas necessitam conciliar o ensino superior e a maternidade principalmente, quando não contam com rede de apoio. Sabe-se que, muitas mulheres acabam por desistir do ensino superior por não conseguir dar conta das demandas. Nesse sentido, torna relevante discutir acerca do papel da universidade frente a este desafio vivenciado pelas mulheres no decurso da busca pelo seu empoderamento. Nesse entreposto, fez uso da pesquisa bibliográfica e de campo no intuito de verificar as literaturas existentes sobre o assunto e a pesquisa de campo fora realizado um questionário com acadêmicas da UEMASUL e do IFMA Campus Açailândia com a participação de 14 mães universitárias. Percebe que apesar dos avanços em termos de direitos para a mulher ainda há muitos obstáculos a serem vencidos e a permanência na universidade após se tornar mãe é um deles, pois essas mulheres além de rede de apoio familiar também necessitam ser vistas e terem políticas públicas efetivas voltadas para auxiliá-las até a conclusão do seu curso sem que haja o comprometimento do seu desenvolvimento quanta acadêmica, mãe e ser humano.

**Palavras-chave:** Maternidade. Permanência. Universidade. Apoio. Estudantes



## ABSTRACT

Women are increasingly entering the academic environment every day, and at various stages of their lives, they are understanding the need to obtain knowledge so that they can enter the job market so that they can improve their lives and provide the best for their families. families.

Considering the above, address the topic which encompasses the subject of Mothers, as it is clear that they need to reconcile higher education and motherhood, especially when they do not have a support network. It is known that many women end up giving up on higher education because they are unable to keep up with the demands. In this sense, it becomes relevant to discuss the role of the university in facing this challenge experienced by women in the course of their search for empowerment. In this warehouse, bibliographical and field research was used in order to verify the existing literature on the subject and the field research carried out a questionnaire with academics from UEMASUL and IFMA Campus Açailândia with the participation of 14 university mothers. Do you realize that despite advances in terms of women's rights there are still many obstacles to be overcome and staying at university after becoming a mother is one of them, as these women, in addition to having a family support network, also need to be seen and have effective public policies aimed at helping them until they complete their course without compromising their development as academics, mothers and human beings.

Keywords: Maternity. Permanence. University. Support. Students





## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: idade .....	34
Gráfico 2: Estado Civil .....	35
Gráfico 3: Trabalha Fora .....	36
Gráfico 4: Quantidade de Filhos .....	37
Gráfico 5: Faixa Etária dos Filhos .....	38
Gráfico 6: Especificidades: Alergias, TDAH, Autismo .....	39
Gráfico 7: Renda .....	41
Gráfico 8: Onde estuda? .....	42
Gráfico 9: Qual curso? .....	43
Gráfico 10: O nascimento do(s) seu (s) filho(s) foi antes a graduação ou durante?..	44
Gráfico 11: Você possuía uma rede de apoio com relação à maternidade? .....	44
Gráfico 12: Com que você deixa seus filhos/filhas quando está em aula ou atividade da universidade? .....	45
Gráfico 13: Você trancou a faculdade, em algum período, por causa da maternidade? .....	47
Gráfico 14: Você alongou seu tempo de graduação por causa da maternidade? .....	48
Gráfico 15: Você considera que conhece as Políticas de Assistência Estudantil voltadas para mães estudantes? .....	53
Gráfico 16: Você recebe algum apoio motivacional ou financeiro por parte de seus familiares ou Universidade? .....	54



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Processo histórico da humanidade frente ao processo de parto .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Legislação em relação ao ciclo gravídico-puerperal .....</b>	<b>18</b>
<b>2 CAPITULO A MULHER NA SOCIEDADE ATUAL E A BUSCA POR CONCILIAR GRADUAÇÃO E MATERNIDADE .....</b>	<b>21</b>
<b>3 PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE: desafios e possibilidades de conciliar maternidade e vida acadêmica .....</b>	<b>26</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>33</b>
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana, é possível se deparar com seu processo de evolução constantemente, não apenas em termos de desenvolvimento de objetos capazes de melhorar o trabalho e a qualidade de vida dos seres humanos, mas também, uma considerável evolução no que concerne a direitos. Nesse contexto, as mulheres se destacam, pois, a maior parte das coisas que elas podem fazer na atualidade, tem a ver com lutas travadas por mulheres de gerações anteriores.

Inicialmente, a mulher estava presente apenas nos lares, cuidava dos afazeres domésticos e da família, no entanto, hoje em dia, elas estão nos mais distintos espaços da sociedade e executam seus afazeres com esmero, contudo, ainda há alguns embargos que na maioria das vezes leva mulheres a desistir de muitos sonhos, inclusive quando o assunto diz respeito a maternidade e vida acadêmica.

Na contemporaneidade, é comum, se deparar com jovens vivenciando uma gravidez e a maternidade na fase escolar, fato que, por conseguinte, contribui para comprometer sua permanência e efetiva atuação no ambiente escolar, levando-as por vezes abandonar os estudos. Diante disso surgiu o seguinte questionamento: Quais os maiores desafios para a mulher que quer esteja no período gravídico puerperal ou já seja mãe, em acessar e permanecer no ensino superior até concluir sua formação acadêmica?

De fato, dar prosseguimento nos estudos na condição de grávida, puérpera ou lactante não constitui tarefa fácil, considerando o fato de que torna inevitável não haver uma relação onde a dependência entre mãe e filho não esteja presente, ainda é grande o número de mulheres que não conhecem seus direitos mesmo sendo letrada; muitas mulheres desistem da sua formação acadêmica por não conseguir conciliar os desafios da maternidade e a demanda do seu curso, as universidades não estão preparadas para lidar com as mulheres seja no ciclo gravídico puerperal ou nos primeiros anos de vida do filho da acadêmica.

Sendo assim, para as mães universitárias tais situações são similares, apesar de que não haja literatura ampla a respeito desta questão. Consoante a isso, mediante observação e vivência de estudantes universitárias mães, que estando grávidas, com o seu bebê no colo ou com filhos pequenos prosseguiram com as demandas da vida acadêmica, provocou o interesse de conhecer e compreender

como estas mulheres experienciam o fato de conciliar a maternidade e a vida acadêmica.

Desta forma este trabalho tem como objetivo geral o de compreender o processo de ingresso, atuação e permanência de mulheres em ciclo gravídico puerperal ou já mães, no ensino superior, evidenciando as dificuldades enfrentadas a partir da dinâmica universitária. Seguido dos objetivos específicos que são descrever o papel da universidade pública para com as mulheres no ciclo gravídico puerperal ou que já são mães; explanar em como os docentes e gestão acadêmica podem corroborar para que a acadêmica consiga continuar seu curso superior; demonstrar os principais desafios enfrentados pelas mulheres no ciclo gravídico puerperal ou já mães na universidade.

Preponderante a isso, almeja-se que esta investigação possa servir de ferramenta importante para promover uma melhor compreensão a respeito da temática dentro do âmbito das universidades bem como, explanar os possíveis impactos causados na formação destas mães além de promover uma reflexão em relação as políticas no sentido de apoiar e dar maior suporte a estas estudantes que também são mães, mas que nem todas possuem uma rede de apoio capaz de lhe ajudar a dar continuidade aos seus estudos.

Consoante ao exposto, fora realizada a pesquisa de campo na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e no Instituto Federal do Maranhão (IFMA) campus de Açailândia com 14 mulheres que vivenciam a experiência de precisar conciliar estudos acadêmicos e a maternidade. Está fora embasa por meio da pesquisa bibliográfica base para fundamentar os estudos deste trabalho.

Primeiramente, aborda-se questões preponderantes ao processo histórico da humanidade frente ao ciclo gravídico puerperal. Segundamente, torna relevante tratar das conquistas da mulher atualmente e a busca por conciliação entre graduação profissional e maternidade. Posteriormente, discute-se sobre os desafios que mulher vivencia na universidade principalmente nos primeiros anos de vida da sua criança e a importância da rede de apoio para esta.



## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Processo histórico da humanidade frente ao processo de parto**

Precipuamente para tratar da mulher no que diz respeito a ela ser acadêmica do ensino superior e ter se tornado mãe no decurso do seu curso, torna importante explicar acerca das questões relacionadas a fase gestacional e puerperal da mulher. No decurso da formação e constituição da sociedade humana, a mulher estéril era vista como alguém sendo castigada divinamente por algum pecado trazendo assim, vergonha para seu esposo (Noronha, 2012).

Logo, o nascimento de uma criança não apenas representava um momento de alegria para seus pais, mas também sua permanência no ciclo social pelo que, a família permanece com o prestígio, a posição e o poder dessa maneira seriam possíveis mencionar que na idade média uma criança não era uma bênção era também um instrumento de manutenção de famílias dentro do processo de desenvolvimento social e ascensão (Carneiro, 2005).

Apesar de essa aparentemente ser um assunto antigo torna necessário ressaltar que ainda existem mulheres que sofrem preconceito por não conseguirem gerar. Nesse sentido, os seres humanos podem ser tidos como intrigantes e em tempo, interessantes, pois, para a existência de uma sociedade é necessário haver vida. Isso só acontece por meio do nascimento de indivíduos que a medida em que crescem, se desenvolvem, procriam e por fim, morrem, esse é conhecido como sendo o ciclo da vida (Gonçalves, 2016).

Na atualidade, as mulheres possuem diferentes maneiras tanto para conceber quanto para dar à luz alguns também chamam de parir ou ainda, trazer outra vida ao mundo essas possibilidades existem por causa dos processos evolutivos. Na antiguidade, os partos eram comumente realizados por parteiras e este, não era um momento de tanta alegria para a grávida, pois se algo desse errado tanto ela quanto a criança corriam sérios riscos de vida e raramente, conseguiam ser salvas.

Essa ocorrência se dava por conta da falta de alimentação adequada, esforços condizentes com a sua situação durante todos os meses de gestação pelo que, não havia repouso adequado ou redução da sua jornada trabalhista no intuito de possibilitar uma gravidez mais saudável. Como também não haviam dispositivos



avançados capazes de identificar quando algo estivesse errado além do mais, a sociedade daquela época não dispunha de profissionais da saúde qualificados minimamente possível para atender as demandas tanto da mulher quanto do feto.

Mediante a isso, Oliveira (2019) assevera que na realidade, os partos de alto risco que resultavam na morte das parturientes eram eventos comuns na vida cotidiana medieval. Isso refletia não apenas o domínio de gestações afetadas por condições alimentares e sanitárias precárias, mas também as limitações enfrentadas pela prática médica da época ao lidar com imprevistos, complicações e emergências que poderiam ocorrer durante o parto.

Essa condição perdurou por muito tempo até que houvesse o desenvolvimento de métodos e instrumentos capazes de reduzir os índices por meio do acompanhamento de profissional especializado para atender as demandas desse período/processo considerado como tão importante no curso da vida. Desse modo, percebe que ao longo da construção da sociedade humana percebe que a falta de conhecimento impediu que vidas fossem salvas desde a constatação da gestação até o período pós-parto.

Nesse contexto, verifica o quão difícil era ser uma mulher em período gravídico puerperal na antiguidade sob os mais distintos aspectos que podem ser considerados. Na época, não haviam profissionais obstétricos nem enfermeiros capacitados que pudessem colaborar para a prevenção de doenças ou ainda ajudar no parto e no pós-parto, muitas mulheres perderam a vida por meio da ocorrência de eclampsia haja vista que pode ocorrer durante a gestação, no momento do parto e também no pós-parto.

Dessa maneira a obstetrícia não é uma profissão existente desde o processo inicial da constituição da humanidade pelo que, até a idade média o trabalho realizado por esses profissionais era feito por meio exclusivamente de mulheres principalmente as de idade madura por terem mais experiência com a referida questão. Dentro do processo relacionado a constituição dessa profissão houve um percurso a ser percorrido e nele, muitas vidas foram impactadas negativamente.

Seja por conta dos processos do parto quanto pela morte de mulheres por causa da ação dos médicos e cirurgiões da época. No decorrer da antiguidade, a visão sobre maternidade e tudo aquilo que envolve esse termo era um assunto



tratado internamente e com a presença acentuada de mulheres pelo que, naquele período a presença de homens na discussão de tais assuntos não era vista com bons olhos.

A participação de médicos durante o parto era pouco comum, uma vez que esse era considerado um assunto exclusivamente feminino. O evento reunia uma comunidade de mulheres, composta por familiares, vizinhas e uma experiente parteira conhecida como "comadre". Essas mulheres ofereciam apoio emocional à parturiente, proporcionando-lhe uma sensação de companhia em um momento permeado por dor, medo (Oliveira, 2019).

Dentro desse contexto, é notório que na idade média tais assuntos não faziam parte das rodas de conversas masculinas pelo que, cabia as mulheres a função de instruir e auxiliar umas às outras dessa maneira, as mulheres mais próximas da grávida participavam ativamente do processo de parto nota-se que nem mesmo o esposo acompanha o processo de nascimento, a união de outras mulheres durante o período de parto também era uma maneira de dizer a futura mãe que tudo ia ficar bem.

Figura 1: O parto na antiguidade não era um momento íntimo da parturiente



Fonte: Master of the Aachen Altar. Nascimento da Virgem, (1485).

Como se pode observar, o quarto da parturiente está cheio de mulheres elas podem ser amigas ou pessoas da família assim sendo, cabe aludir que antigamente não havia privacidade durante o parto pelo que, por não haver centro

médicos que pudessem recebe-las, essas pessoas eram as únicas com as quais as grávidas da época contavam no momento de trazer seus filhos ao mundo.

Compete ressaltar que na antiguidade, os partos eram realizados de forma natural até mesmo pelo fato de não haver estruturação dos métodos existentes a ponto de possibilitar a realização de partos cesárea capazes de salvar a vida da criança e preservar também a da mãe, porém, era realizado após a morte da parturiente se fosse detectado a possibilidade da criança ainda estar viva.

Figura 2 - Representa um parto cesariano *post-mortem*



Fonte: Lesancienneshistoiresrommaines, (Paris, séc. XIV).

Percebe na imagem que não havia a presença masculina durante o processo de parto, nota ainda que fora realizada uma abertura no centro da barriga da parturiente falecida em decorrência do processo de parto. Essa maneira de realizar a cesariana estava regulamentada pelo concílio de Trêves realizado em 1310 estipulou que:

Quando uma mulher grávida morre, é preciso tentar de imediato a operação cesariana e batizar a criança se ainda vive. Se está morta, dever-se-á enterrá-la fora do cemitério. Se se presume que a criança está morta no ventre da mãe, não há motivo para fazer a operação e enterra-se a mãe e a criança no cemitério. (DELOTTE, 2007, p. 16).

Dessa maneira percebe que não há uma preocupação explícita em relação a possibilidade de salvar vidas, mas por detrás dessa estipulação também há uma conotação de cunho místico pelo que, o ato de batizar a criança imediatamente configura uma forma de tentar protegê-las de forças do mal que não são nítidas ao olho humano. Logo, verifica a limitação existente na concepção do que de fato poderia vir a ser uma cesariana e sua potencialidade frente ao desafio de salvar vidas dando as crianças a viverem sem a culpa do falecimento de sua mãe em detrimento ao seu nascimento.

Os partos cesarianos na atualidade se tornaram um mecanismo para a realização de partos emergenciais a fim de salvar a vida de ambos, em outras palavras, da mãe e do bebê. Na antiguidade, as parteiras eram as mediadoras do processo de parto, na atualidade, os profissionais da enfermagem são os responsáveis por realizar diversos procedimentos que visam colaborar em uma gravidez saudável, onde mãe e bebê são atendidos da melhor maneira possível desde a descoberta da gestação até o período pós-parto.

Sob essa perspectiva, até o século XVII era tido como um assunto exclusivo apenas para as mulheres como mencionado o processo de parto era realizado por uma parteira com experiência e algumas outras poucas mulheres sendo que dentre elas, geralmente a mãe da parturiente também se fazia presente no intuito de serem propulsoras desse processo que na época era muito mais arriscado dadas as circunstâncias existenciais do período onde não havia médicos, hospitais, procedimentos ou medicamentos capazes de evitar ou controlar uma hemorragia, por exemplo.

Entretanto, em certas situações, como o da realeza, o parto tinha um caráter de espetáculo, onde várias pessoas assistiam (Maldonado, 2002). O período gestacional requer uma série de cuidados que na antiguidade não existia principalmente para as mulheres de classe social mais baixa. Então, possivelmente eram as que mais sofriam em decorrência de doenças adquiridas ao longo da gestação, pois a alimentação inadequada, os esforços por vezes demasiados, a proliferação de doenças advindas por meio do uso inadequado do solo e dos recursos naturais.

Haja vista que, era necessário explorar a terra a fim de tornar possível o progresso, a expansão e o aumento populacional da humanidade. Esses fatores nem



todas as vezes eram detectados e tratados adequadamente, colocando em risco as fases posteriores, ou seja, o nascimento da criança e o pós-parto, muitas mulheres até conseguiam expulsar o feto, mas algumas por ter desenvolvido anemia em alto nível mediante a fatores já abordados, acabavam falecendo no logo após ou alguns dias depois, por conta da perda de sangue, ou ainda de hemorragias internas por causa da não condição de ter um bebê de parto normal.

## **2.2 Legislação em relação ao ciclo gravídico-puerperal**

A fase gestacional apesar de por muito tempo não lhe ser agregada a devida relevância em termos de valorização e cuidados, Lacerda; Valla (2004), percebe dessa maneira a relevância que o ciclo ora discutido possui em todas as épocas para a manutenção da sociedade e progresso da humanidade, entretanto, em cada período não fora visto e discutido de maneira adequada nos distintos espaços sociais.

Contudo, no presente século, profissionais da saúde e do direito, organizações governamentais e não governamentais, vem ampliando os espaços para debate em relação não apenas a gravidez, mas tudo o que ela significa tanto para a mulher quanto para a sociedade atua. Assim sendo, de acordo com Strapasson; Nedel, (2010):

A gravidez e o parto são momentos sociais que fazem parte da jornada reprodutiva tanto de homens quanto de mulheres. Este processo é único, representando uma experiência especial no mundo da mulher e de seu parceiro, influenciando também suas famílias e a comunidade. A gestação, o parto e o período pós-parto constituem uma experiência profundamente significativa na vida humana, carregando um poderoso potencial(Strapasson; Nedel, 2010, p. 522).

Nesse sentido, no interstício das últimas décadas essa fase da vida da mulher ganhou destaque não apenas em termos de discussão sobre os procedimentos que englobam o parto, pois todo o contexto passou a ser considerado como sendo importantes e a medida em à sociedade caminha para uma evolução, novas demandas surgirão e com elas, a necessidade de ampliar ainda mais as discussões em torno dos direitos da mulher no transcurso desse período.



Concernente aos cuidados em relação a saúde da mulher durante o ciclo gravídico-puerperal torna relevante fazer menção da legislação vigente no país cujo intuito está o de assegurar o acompanhamento da gestação por profissionais da saúde bem como, incide também na área trabalhista tanto da mãe quanto do pai, entre outros.

Assim, ao discorrer sobre a saúde da mulher inclui também em aferir como as leis podem assegurar os devidos cuidados no transcurso desse processo. Nesse sentido, torna relevante explanar sobre algumas leis cuja intenção estar em assegurar direitos durante esse interstício o que reflete sobre a saúde o bem-estar desta. Assim sendo, a Lei nº 6.202/75, que diz respeito a escolarização da mulher grávida assevera que:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais (BRASIL, 1975).

Essa é uma das leis que visam assegurar direitos as mulheres gestantes pensando na sua saúde não apenas física haja vista que este é um ciclo onde há um misto de emoções importantes a serem consideradas para que a saúde da mulher não seja comprometida de nenhuma forma. Posteriormente, foi criada a Lei nº 11.108/2005, prevê em seu Cap. VII, Art. 19: os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

A referida lei pode ser observada como sendo um marco para o período gravídico-puerperal pelo que, os partos já não acontecem mais nas residências familiares e muitas mulheres durante a realização dos procedimentos necessários cuja intenção era o de assegurar que a mulher tivesse uma vida mais saudável



possível durante esse ciclo, acabavam sofrendo violência obstétrica de diferentes tipos inclusive no momento da realização do parto.

Apesar de não explicitar na redação da lei sobre a intenção de proporcionar mais segurança ao momento do parto principalmente psicológica passa a ser autorizado o acompanhamento durante o procedimento do parto, o acompanhante é decidido pela mulher antes mesmo do momento inerente ao parto. Por conseguinte, fora criada a Lei nº 11.634/2007, cuja finalidade discute sobre informações que a gestante precisa receber no decurso do pré-natal:

Art. 1º Toda gestante assistida pelo Sistema Único de Saúde - SUS tem direito ao conhecimento e à vinculação prévia à:

I - Maternidade na qual será realizado seu parto;

II - Maternidade na qual ela será atendida nos casos de intercorrência pré-natal.

§ 1º A vinculação da gestante à maternidade em que se realizará o parto e na qual será atendida nos casos de intercorrência é de responsabilidade do Sistema Único de Saúde e dar-se-á no ato de sua inscrição no programa de assistência pré-natal.

§ 2º A maternidade à qual se vinculará a gestante deverá ser comprovadamente apta a prestar a assistência necessária conforme a situação de risco gestacional, inclusive em situação de puerpério.

Art. 2º O Sistema Único de Saúde analisará os requerimentos de transferência da gestante em caso de comprovada falta de aptidão técnica e pessoal da maternidade e cuidará da transferência segura da gestante. (Brasil, 2007).

Esta lei observa situações aparentemente simples, mas que deixa subtendido uma falta de comunicação dos profissionais de saúde durante o acompanhamento da gestante em relação a questões relacionadas ao parto e de caráter relevante para a mesma e sua família. Geralmente, a sociedade de modo em geral não dispõe desse tipo de conhecimento. Ademais, a Emenda Constitucional nº 90/2015, dispõe em seu Art. 6 que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Essa emenda à Constituição Federal de 1988 inclui na redação a proteção à maternidade pelo que, está pode acontecer de diferentes maneiras e por diferentes agentes também e não apenas na rede pública de saúde na intenção de promover adequadamente e levando em consideração a situação em que a mulher se encontra.



## **2 CAPITULO A MULHER NA SOCIEDADE ATUAL E A BUSCA POR CONCILIAR GRADUAÇÃO E MATERNIDADE**

As mulheres no decurso de sua existência conquistaram a oportunidade de experienciar muitas coisas inclusive, a possibilidade de estudar e exercer uma profissão não apenas com o objetivo de melhorar a mão de obra que estas podem oferecer, mas dar a elas possibilidade de igualdade, contudo, a história revela que alcançar tais oportunidades não fora tarefa fácil.

É fundamental proteger carinhosamente cada mulher do desgaste externo, permitindo-lhe desempenhar com dignidade sua nobre missão. Ao se dedicar ao santuário do lar de forma voluntária, a mulher contribui livremente para o crescimento moral de seu esposo e filhos, recebendo merecidos reconhecimentos e homenagens(Comte, 2000).

Logo, percebe que a mulher na busca por direitos que pudesse iguala-la minimamente aos homens era um desafio árduo frente a todas as oposições que sofria não apenas a partir de pessoas consideradas como estudiosas, mas até mesmo por parte de outras mulheres que acomodadas aceitava a condição ao qual era submetida sem questionar, pois, acreditava-se que fazia parte do destino dela como mulher.

Ao longo da história humana nota-se que há um anseio na busca por reconhecimento em relação ao valor que a mulher possui para a sociedade. Não apenas como esposa, mãe e dona de casa, pelo que, ela se tornou necessária também em outros contextos. Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o ambiente desta, trouxe mudanças consideráveis para as mulheres que antes, eram proibidas de estudar, trabalhar externamente, entre outros.

Nesse sentido, Morais e Diemer(2020), esclarecem que se viu necessário contar com a mão de obra feminina, entregando às mulheres funções nunca exercidas por elas antes bem como de engenheiras, motoristas de caminhão, tanque e diversas outras profissões, deixando para trás, regras e valores sociais da época, que impactaram o mundo. Partindo desse pressuposto, levando em consideração a explanação das autoras indica que, se a referida guerra não tivesse existido possivelmente, as mulheres não teriam galgado tal atenção a sua potencialidade.



Mesmo que as mulheres desempenhassem papéis essenciais durante a guerra, trabalhando em fábricas, enfermarias, escritórios e até mesmo como soldados, a ideologia nazista persistia em manter as mulheres afastadas de assuntos políticos e militares. A mulher deveria ser o alicerce da família, cuidar da casa e gerar filhos (TRESPACH, 2017, p. 118).

Os alemães não criam que as mulheres tivessem capacidade de atuar além do limite da sua propriedade e em particular, cuidado com a casa e família pelo que, à medida que notaram as estratégias do seu oponente no envolvimento das mulheres da sua nação também começaram a integrar as mulheres da sua nação para a frente de trabalho e iniciaram esse processo com cerca de mil e novecentas mulheres.

Assim, a supracitada guerra deu proporcionou que as mulheres passassem a serem vistas de maneira diferente da qual estava acostumada, no entanto, apesar da sua colaboração ainda assim, foi necessário enfrentar muitos outros desafios para que as mulheres do presente século pudessem usufruir dos direitos que existem resultado da busca daquelas que se dispuseram no passado.

Nesse transcurso, devido a muitos movimentos que colocavam a mulher como ser capaz de tomar escolhas em relação a política bem como, se dedicar a uma profissão proporcionou as mulheres nestes últimos séculos usufruir de diversos direitos. Assim sendo, na atualidade, as mulheres buscam muitas das vezes conciliar casa, emprego e ensino superior, algumas destas, vivenciam nesse transcurso a experiencia da gravidez, no entanto, nem todas as mulheres contam com uma rede de apoio durante esse processo e principalmente, após o nascimento da criança.

A colocação das mulheres nas universidades, em particular nas de caráter público, tem dado vazão a discussão sobre o papel destas instituições enquanto ambiente de desenvolvimento (Silva, 2008). Desse modo, percebe-se que na atualidade, as mulheres estão cada vez mais em busca de dar continuidade aos estudos e dispostas a concilia-los com outras áreas da sua vida.

Pressupõe-se que, a busca pelo empoderamento a partir de uma vida pautada em conhecimento capaz de produzir frutos advindos da sua profissão ao longo dos anos seja um fator preponderante para a mulher que, na maioria das vezes não se permite desistir do seu processo formativo por mais difícil que seja. Não se pode proferir que a gestação no decurso da formação acadêmica seja uma



intercorrência pelo que, existem situações que o ser humano não consegue ter absoluto domínio.

Congruentemente, pesquisas apontam o a presença considerável de mulheres em todos os níveis de ensino no Brasil, inclusive quando se trata do ensino superior, as informações do Censo da Educação Superior de 2016 demonstra que há uma representatividade de 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação são mulheres (Pereira; et. al, 2017). Nesse contexto, cabe deduzir que possivelmente este número pode ter tido considerável aumento nos últimos anos, mas não se pode afirmar que todas as mulheres que iniciaram sua vida acadêmica, conseguiram concluir.

A não conclusão do ensino superior também não pode ser atrelada apenas a maternidade durante o curso de graduação, pois nem todas as mulheres abrem mão da sua conquista profissional colocando seus filhos como epicentro da sua não realização. Existem mulheres que apesar das dificuldades para conciliar maternidade e formação, dão continuidade por quanto compreendem que, a durabilidade do curso é determinada por certo período e seus filhos, pelo resto de sua vida e com esse vislumbre, se dedicam para que estes, sejam os maiores beneficiados por intermédio do conhecimento adquirido na academia.

Os referidos dados demonstram o anseio que as mulheres possuem em estarem qualificadas para o exercício da vida profissional. Contudo, Sampaio (2008) ressalta que as etapas para o cumprimento dos estudos universitários acabam por se embater com outras etapas também importantes para a sua vida, advindas com alterações nas relações com: a família, rotina, nas relações afetivas e sexuais, trabalho e uma parcela significativa da população.

Geralmente, muitas mulheres já iniciam o curso superior grávidas ou já com filhos pequenos, por causa dessa questão, há mulheres que findam por trancar ou até mesmo desistir do curso por não conseguir conciliar os afazeres das duas funções. Dito isso, ressalta-se que o período gestacional tem sido considerado como um dos motivos pelos quais as jovens brasileiras mais se afastam dos estudos, tais informações são resultadas de uma pesquisa realizada em 2016, em parceria com Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências (FLACSO) (Abramovay et al., 2015).



Então, percebe que, muitas jovens acabam por não acessar o ensino superior por terem desistido ainda no ensino fundamental ou médio por conta da gestação precoce, não se pode generalizar, mas nem todas conseguem retornar a vida acadêmica principalmente, enquanto os filhos ainda são pequenos. A maternidade, pode ser considerada como atemporal haja vista que sem a vivencia desse processo a humanidade não conseguiria subsistir até a atualidade.

De acordo com Da Rosa, (2018, p. 164) “a maternidade, na maioria das vezes, é uma experiência agradável, mas nos tempos atuais acaba por trazer dúvidas e receios, e muitos julgamentos por parte da sociedade”. Isso reflete diretamente na vida da mulher no ingresso universitário importante para seu futuro profissional bem como na sua busca por melhores colocações no mercado de trabalho o que incide posteriormente na sua própria qualidade de vida e da sua família.

Entretanto, muitas mulheres enfrentam os desafios encontrados ao longo da sua formação para que sua criança tenha o que é necessário e não deixa de lado sua graduação tendo em vista como sendo necessário para promover qualidade de vida tanto para si mesma, quanto para sua criança, pois é sabido que a cada dia, o mercado de trabalho tem estado mais concorrido e sem conhecimento, tem sido cada vez mais difícil ser aceito pelo mercado de trabalho. O ciclo gravídico puerperal, é um momento singular na vida de uma mulher, é a partir dali que uma nova vida se iniciará não apenas para o bebe, mas também para a mulher e para aqueles que estão mais próximos a ela.

Ao longo dos anos tem se buscado uma equidade no que diz respeito às questões de gênero não apenas em termos trabalhistas, mas também estudantis. Atualmente, são as muitas as mulheres que possui acesso à universidade e muitas delas lidam com a gestação e o nascimento da sua criança ainda durante o seu curso superior. De acordo com Esteves e Menandro (2005) assevera que há mudanças consideráveis em relação à maternidade:

Por muito tempo a maternidade foi considerada uma experiência puramente biológica, fixada literal e simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. Hoje, debatemos a função e o status da maternidade no espaço público, e sua complexidade aumenta à medida que o sentido de maternidade se diversifica, uma vez que à mãe tradicional vem juntar-se a mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel,

a mãe adolescente, a mãe solteira, a mãe prisioneira, a mãe pobre, a mãe negra, a mãe genética, etc. (Esteves; Menandro, 2005, p. 18).

Assim sendo, percebe que as mudanças sociais corroboraram significativamente para a compreensão do significado de maternidade e muito pouco se trata de tais questões dentro do campo acadêmico trazendo a mulher e suas vivências quanto mães e acadêmicas, construtoras de sua própria história e protagonista do seu crescimento tanto pessoal quanto profissional com o auxílio da universidade como sendo agente colaborador para que isso aconteça.

Segundo Oliveira, (2008), a gravidez e a maternidade não se limitam apenas a fatos biológicos, mas, também, fenômenos sociais, afetivos e culturais. Mesmo que a gravidez ocorra no corpo da mulher, socialmente esse fato tem uma relevância e significado no contexto em que a mulher está inserida. Consoante a isso, a universidade tem um papel sumariamente importante para o êxito da mulher no seu campo profissional e pessoal estando grávida e mãe no ensino superior.

Concernente a isso, a legislação brasileira reconhece a mulher como estudante, mas também como alguém que gera vida e por isso, precisa ter seu direito assegurando quanto ao acesso bem como, a sua permanência na instituição de ensino mesmo em decorrência da gestação e após o nascimento da criança, conforme descreve Brasil, (1969).

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nesse contexto, a lei serve como orientação tanto para a instituição de ensino quanto para as acadêmicas caso necessitem para vivenciar as transformações que ocorrem durante o período gravídico puerperal e também alguns momentos ímpares após o nascimento da criança onde a mãe possui o direito ao afastamento com comprovação médica que deve ser apresentada a instituição no intuito de justificar a falta da acadêmica. Preponderantemente, pode se entender que

a universidade, possui um papel de importante relevância na busca pelo progresso tanto pessoal quanto profissional da mulher, tornando-se um suporte para alcance deste objetivo (Ribeiro, 2017).

Assim sendo, considera-se como sendo importante que a mulher consiga conciliar o período gravídico-puerperal bem como, após o nascimento da criança com os estudos. Todavia, também é sabido que são questões distintas e que ambas possuem por sua vez, graus de dificuldades dissemelhantes, nesse contexto, além do auxílio da universidade torna relevante a chamada de rede apoio que é a ajuda da família desta mulher para que ela consiga vivenciar as experiências do ensino superior e ser mãe.

### **3 PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE: Desafios e possibilidades de conciliar maternidade e vida acadêmica**

O ensino superior é para muitas pessoas um sonho a ser alcançado e para isso, elas se dedicam cotidianamente em seus estudos visando conquistar sua vaga e posteriormente, adentrar ao mercado de trabalho e dessa maneira, conseguir melhorar sua vida. No entanto, antigamente, apesar da permissividade para as mulheres frequentar a universidade, elas se deparavam com um ambiente extremamente masculino conforme cita Aranha (2006):

As mulheres encontravam-se, de qualquer maneira, excluídas da oportunidade de ingressar em cursos superiores, mesmo que se preparassem de maneira adequada em escolas particulares ou com preceptores. Isso ocorria devido à ausência da exigência de diplomas, mas, em contrapartida, era necessário submeter-se aos exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, que era destinado exclusivamente ao público masculino (Aranha, 2006, p.230).

Consoante a isso, percebe que houveram mudanças importantes quanto ao ingresso a universidade, entretanto, por muitos anos elas ficaram ligadas a sala de aula como se não pudessem exercer outra profissão, mas isso se deu não pelo fato de a sociedade da época ter mudado seu padrão de pensamento em relação ao potencial e a capacidade das mulheres.

Concernente a essa questão, cabe explicar que a precipuamente, “no Brasil paulatinamente a mulher foi consolidando seu lugar no magistério já que na época, final do século XIX, até então, não era permitido por questões morais que as



meninas fossem educadas por professores (homens)". (Silvestre, 2019, p. 22). Aqui, percebe que a mulher foi conquistando seu espaço na docência, mas isso, só ocorre por causa da sociedade da época que não aceitava o princípio de ensino adotado pela igreja católica.

Nesse contexto, na contemporaneidade, profissionais qualificados academicamente para o mercado de trabalho tem sido cada vez mais requisitados para isso, as mulheres apesar de já terem alcançado considerados avanços no sentido de conseguir competir com os homens são visíveis, no entanto, há diferenças perceptíveis entre os indivíduos dos dois sexos e comumente, as mulheres em muitos casos são inferiorizadas pelo fato de ao se tornar mãe não corresponder às expectativas da maneira como lhe foram postas.

De acordo com Silvestre (2019), atualmente, as mulheres constituem a maioria nas universidades, no entanto, ainda existem desafios históricos a serem superados. Persiste a concepção de que cursos como Letras, Enfermagem e Pedagogia são destinados exclusivamente às mulheres. A presença feminina em cursos tradicionalmente considerados predominantemente masculinos, como Arquitetura, Engenharia, Direito, entre outros, representa mais uma vitória conquistada por elas.

Dessa maneira, verifica-se que ao longo dos anos tem havido uma desconstrução em relação a capacidade da mulher exercer sua vida profissional pelo que, já existem muitas mulheres com formação acadêmica ocupando altas posições não apenas em empresas, mas também em estruturas políticas nas mais distintas áreas. Percebe então que, há uma certa concorrência entre homens e mulheres no tocante a carreira profissional e na atualidade ela ainda está muito presente.

No entanto, tem sido vivenciada desapercivelmente não se percebe espaços abertos para o debate sobre a presença e a atuação das mães na universidade, não se tem discutido amplamente sobre os desafios destas mulheres na busca para conciliar a maternidade e sua vida acadêmica além do mais, também vale ressaltar que muitas não contam com rede de apoio e nesse sentido, torna relevante se debruçar sobre o papel que a universidade pode desempenhar no sentido de corroborar para que o protagonismo e empoderamento feminino não sejam apenas, palavras bem elaboradas para ocasiões convenientes.

Nesse sentido, muitos jovens são incentivados desde a sua infância conseguir a tão sonhada vaga na universidade, porém, este sonho traz consigo mudanças significativas para a vida cotidiana do estudante, como menciona Coulon (2008), Conforme apontado pelo autor, ao ingressar na universidade, o estudante vivencia uma fase de transição permeada por diversos aprendizados, compreendendo os códigos e o funcionamento desse ambiente, até alcançar o reconhecimento e o autoconhecimento dentro dessas circunstâncias.

Mediante a isso, percebe que a universidade exige do acadêmico disponibilidade e disposição para se dedicar aos estudos bem como, a tudo aquilo que envolve o contexto universitário como por exemplo, pesquisas de extensão e programas de pesquisas. Assim, cabe refletir sobre o índice de gestação ainda na adolescência conforme abordado anteriormente e como isso impacta a vida das jovens no ingresso ao ensino superior, pois muitas acabam por deixar de dar segmento aos seus estudos.

Neste sentido, Vasconcelos (2009, apud Bitencourt, 2013, p.88) diz que “Mesmo quando está no ensino superior, a mulher ainda enfrenta a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e pelas tarefas domésticas. Isso frequentemente resulta na reprodução da esfera privada como um espaço que, de certa forma, é considerado naturalmente seu”. A explanação da autora torna-se relevante pelo que, retrata a realidade de muitas mulheres no país independentemente da idade destas pelo que, apesar de muitas adolescentes vivenciar a maternidade ainda nesta fase, algumas conseguem ingressar na universidade por causa da sua rede de apoio.

Além do mais, cabe ressaltar que apesar de já ter dito uma desconstrução considerável em relação ao papel e ao espaço da mulher na sociedade contemporânea ainda, é possível se deparar com discursos totalmente antiquados onde a formação acadêmica não está inserido como sendo, algo relevante para a mulher e por isso, pela falta de auxílio principalmente no que diz respeito aos filhos, muitas mulheres se sentem impotentes e incapazes de conciliar todos os seus afazeres e os estudos acadêmicos.

De acordo Coulon (2008), para alcançar êxito na vida acadêmica, aqueles que ingressam nesse ambiente precisam assimilar e se integrar a essa nova cultura, demandando tempo e dedicação. Esse desafio é particularmente exigente para as mulheres que, além de estudantes universitárias, são mães, já que as demandas

inerentes à maternidade não podem ser ignoradas. Assim sendo, percebe que faltam políticas voltadas para as mulheres que também vivenciam a maternidade principalmente nos primeiros anos de vida da criança.

Desta feita, notadamente não é uma tarefa simples para as mães universitárias realizar esta conciliação, por isso, é importante e necessário garantir que as referidas estudantes não abandonem a universidade, porém, para que isso aconteça, as políticas de acesso e permanência precisam ser asseguradas e também revistas no sentido de conceder mais atenção as pessoas que vivenciam nesse contexto.

Dessa forma percebemos que as mães universitárias se deparam com muitos desafios para conseguir em tempo lidar com ambas as situações. No presente, tem se utilizado de maneira muito constante o termo empatia, no entanto, a prática do termo não tem sido feita na mesma medida haja vista que, as estudantes que se tornam mães no decurso do curso de graduação.

Além de precisar lidar com as mudanças que naturalmente acontecem em termos físicos, psicológicos e biológicos também precisa aprender a conviver com a falta de empatia quando por exemplo, em algum momento não consegue contar com sua rede de apoio que geralmente é constituída por membros da família. Consoante a isso, torna preponderante descrever alguns exemplos de acontecimentos que envolvem mães na universidade e a necessidade de dar conta de ambas as demandas.

Estes casos foram possíveis serem registrados por causa da evolução tecnológica que vez ou outra, é possível se deparar com alguma reportagem de TV, ou matérias em jornais online sobre alunas que levam sua criança para a universidade na intenção de não deixar de comparecer na aula e naquele dia, não ter tido quem a auxiliasse com a criança. Como é o caso da estudante Natália Nascowight que teve sua experiencia contada no G1 Pernambuco, 2022.



Figura 3:



Fonte: O POVO, (2022).

Sua professora segurou sua filha de apenas 7 meses enquanto dava aula apesar da empatia da professora, ela contou que alguns colegas reclamaram da presença da filha durante a aula além disso, seu vídeo viralizou e ela precisou lidar com os comentários negativos acerca da situação. Na ocasião da reportagem, a professora Débora Rufino disse que “Se todas as alunas levassem seus filhos, seria inviável para o conhecimento como discente.

Nesse caso, foi possível pela empatia mesmo e por ser um caso isolado. O que podemos pensar é em oferecer estrutura para que essas mães consigam ir às suas aulas sabendo que suas famílias estão seguras”. Ela ainda pontua que de fato, é difícil para a mulher conciliar a maternidade e a ambição profissional, ressaltou ainda que, o ato de ajudar a aluna diz respeito a pratica da empatia e se colocar no outro.

Na imagem 3, nota-se que a professora cuida de um bebê em plena sala de aula para quem não compreende a dimensão dessa ação é pelo motivo de que não precisou ultrapassar alguns limites para dar conta das suas responsabilidades e galgar oportunidades futuras quanto profissional. Enquanto a aluna Bruna Fidje fazia sua avaliação da disciplina de Direito Processual Civil, sua professora se dispôs a cuidar do seu bebe de apenas 3 meses. No dia em questão, a aluna não teve com deixar o filho para ir a faculdade.

Sobre o assunto a professora Iris Lippi disse durante a entrevista ao Jornal O Povo (2022), “A gente, como professor, precisa compreender as dificuldades que os alunos têm. Eu acho que nós, mulheres sabemos o quanto é difícil a maternidade, principalmente se você está cursando a faculdade”. Já a aluna

Rua Godofredo Viana, 1.300—Centro. CEP. 65901-480—Imperatriz/MA. Fone: (99) 3528-4225

relatou ao mesmo jornal que “É muito difícil fazer faculdade de Direito cuidando de neném. É realmente um desafio e ainda mais para a gente que não tem babá. Eu ainda tenho o meu marido que me ajuda muito, minha irmã, mas existem mulheres que não têm nada disso” Bruna Fidje.

Consoante a estes casos, cabe analisar quais políticas poderiam ser desenvolvidas pelas universidades com a finalidade de contribuir para que a mulher não desista do seu processo formativo afim de ser apenas mãe. Além do mais, como já mencionado no capítulo anterior a respeito da lei que ampara a mulher no período puerperal pelo que, as novas mães apesar de poderem fazer suas atividades a partir de sua residência, mas é necessário pensar quanto universidade, no que se pode oferecer para as mães que não possuem rede de apoio.

No tocante as políticas voltadas para as mães estudantes Taiul(2019), fala a respeito do Decreto-Lei nº 1.044 de 21 de outubro de 1969, no entanto, a autora tece críticas a mesma pelo de que no artigo 4º, deste determina que “será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção”. Assim, não se pode assegurar a aplicabilidade deste dispositivo legal, haja vista que, além de necessitar submeter o documento medico a gestão do estabelecimento de ensino ainda necessita do parecer deste.

Implicando assim, em mais desgaste para a estudante em uma fase de extrema sensibilidade da mulher. Mediante a essa situação, vale ressaltar a relevância do aparato legal humanizado nas instituições de ensino haja vista que no período pós-parto podem ser gerados problemas psicológicos graves, que nem sempre estarão relacionados a gestação e o nascimento, mas com sua própria história de vida.

Daí a necessidade de a estudante estar amparada por políticas que sejam flexíveis a sua nova vida e rotina e quando a legislação abre a lacuna para que a gestação acadêmica tome a decisão que achar melhor em relação a aluna, não está validando a mulher quanto ser humano no tocante as suas capacidades e também suas fragilidades além do mais, uma mulher gestante pode antes, durante e após o parto se deparar com muitas situações pelas quais ela possivelmente não se imaginou vivenciar.

Então, quando ela necessita do aval de diversas pessoas alheias a sua real situação para se afastar da universidade está sendo vedado direitos

principalmente psicológicos que podem provocar danos irreversíveis a sua autoestima e a sua capacidade de se desenvolver não apenas cognitivamente, mas como ser humano. Nesse ínterim, a ciência evidencia que a mulher passa por alteração psicológica devido à descarga vivenciada durante e após a gestação.

Essa apesar de natural precisa ser vista como sendo singular e não se pode excluir seu lado psicológico. Por isso, ao examinar uma mulher puerpério, deve-se, inicialmente, se sua situação clínica permitir, fazer uma breve avaliação do seu estado psíquico, e entender o que representa para ela a chegada de uma nova criança (Mestieri; et. al 2005). Ainda se tratando de dispositivos legais, Taiul(2019), explica sobre a Lei 13. 536/17 assevera que:

Isso marca um significativo avanço na busca das mulheres por um papel justo na sociedade, assim como em seu novo papel de ser mãe. Proporcionar a ela a oportunidade de cultivar uma relação com a criança, com menos pressões externas, e oferecer um ambiente confortável para dar continuidade às suas pesquisas e carreira é essencial para o bem-estar de ambas. (Taiul, 2019, p. 12).

A Lei em questão discute sobre o afastamento de 120 da estudante sobre a maternidade e adoção em caso de alunas bolsistas. Embora este tempo seja concedido pela universidade ainda assim, é importante que a instituição tenha estratégias para o retorno desta mulher após esse período levando em consideração que os sentimentos como, falta de motivação, impotência e cobrança, estresse, medo e culpa em deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas, constituem os principais desafios psicológicos e emocionais enfrentados por mães estudantes (Vieira, 2019).

A autora ainda discorre sobre o Projeto de Lei nº 2350/2015 que propõe alterações significativas a Lei 6.202/1975 em relação as mulheres estudantes que se tornam mães no decurso de seus estudos, a atualização desta lei poderia em muito, corroborar para que a mulher experienciasse as duas fases muito importantes para sua vida sem que houvesse ocasionalmente problemas ao ponto de que ela desiste da sua formação profissional.

Em tempo, torna preponderante ressaltar que segundo a Andifes (2019) uma em cada dez estudantes constitui a condição de maternidade, ou paternidade. Ainda que não chegue, à maioria, o conhecimento de suas características socioeconômicas é importante para o desenho de políticas de Assistência Estudantil.

#### 4 METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa fez uso da abordagem qualitativa e quantitativa no intuito de explanar a temática em discussão levando em consideração os relatos das mulheres pesquisadas, pois a pesquisa quantitativa se concentra em dados numéricos (por exemplo, estatísticas), enquanto a pesquisa qualitativa se concentra em dados não numéricos, tais como palavras. Os métodos quantitativos de pesquisa permitem coletar e analisar dados para testar hipóteses; os métodos qualitativos permitem coletar e analisar dados para entender experiências.

Dessa maneira, ressalta que dada escolha fora feita por causa da viabilidade da temática haja vista que o presente busca levantar opiniões sobre um cenário definido. Nesse escopo, a pesquisa de campo será realizada na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e no Instituto Federal do Maranhão - IFMA, feita para as mães universitárias, questionário com 10 perguntas para 14 mães. Segundo Piana (2009).

A pesquisa de campo é um método de investigação que tem como objetivo principal a obtenção direta de informações da população estudada. Para realizar essa pesquisa, é essencial que o pesquisador se desloque até o local onde o fenômeno ocorre ou ocorreu, coletando e documentando um conjunto de informações relevantes para a análise e compreensão do tema em questão. Essa abordagem permite uma observação mais detalhada e uma coleta de dados contextualizada, enriquecendo a qualidade da pesquisa. (PIANA, 2009, p. 67).

Por isso, a pesquisa será realizada com o público alvo nas instituições supracitadas no intuito de buscar de maneira mais precisa possível, informações preponderantes para o presente demonstrando assim, a relevância que a universidade possui para a vida da mulher não apenas em termos profissionais mais também pessoais. Assim sendo, percebe que a pesquisa é um relevante instrumento na busca por compreender a cerca de um dado assunto nesse sentido, cabe salientar a necessidade de esta estar atrelada a fontes confiáveis para que não venha comprometer a qualidade das informações contidas.

Para fundamentar o presente, levou em consideração informações pessoal das participantes no intuito de dimensionar fatores relevantes para o estudo bem como perceber os focos mais preponderantes que poderiam ser dados uma

atenção mais frequente não apenas por parte da rede de apoio familiar, mas também das instituições responsáveis pelo processo de formação profissional.

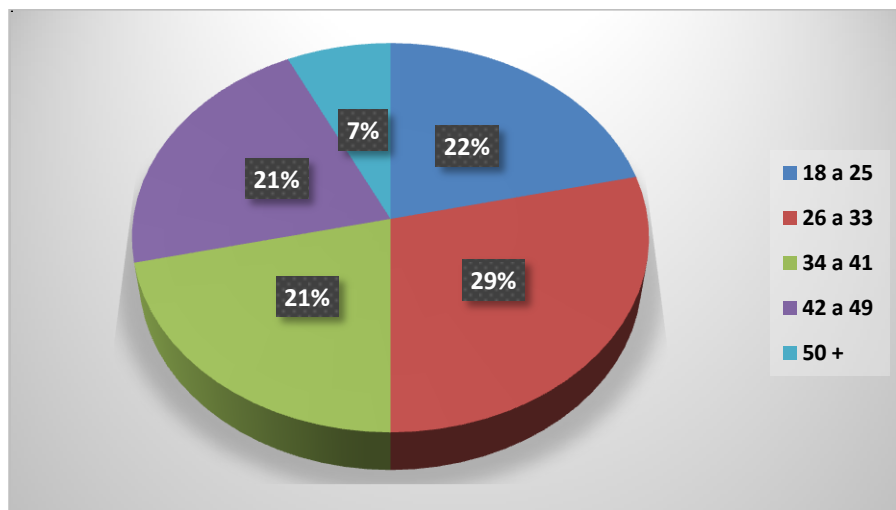
## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta sessão fora feita a análise dos dados da pesquisa, referente ao questionário aplicado pelo Google forms, contendo vinte e duas (22) perguntas tidas como relevantes para o presente estudo e sendo realizada com quatorze (14) universitárias mães acadêmicas sendo que, todas estas são alunas da UEMASUL ou do IFMA, ambas as instituições instaladas em Açailândia.

Na busca por melhores condições não apenas de trabalho, mas também de vida, as mulheres ao longo dos anos têm se proposto a ultrapassar quaisquer barreiras que visem embarga-las no tocante ao seu crescimento quanto ser humano e isso, implica também na sua vida acadêmica onde, as mães universitárias se deparam com muitos desafios até o termino do seu curso.

Perfil das entrevistadas: Em se tratando da faixa etária das participes percebe-se que há uma certa equiparação pelo que, elas correspondem a estudantes entre 18 a 49 anos.

Gráfico 1: idade



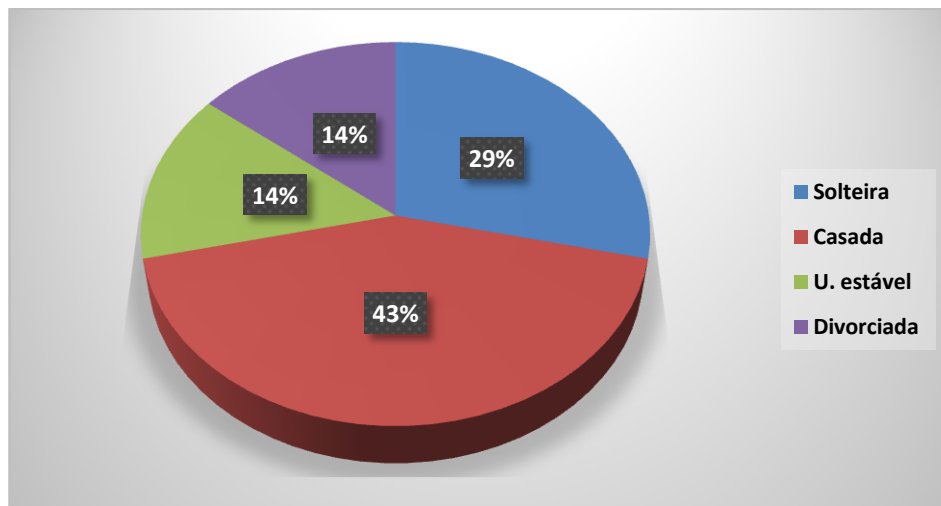
Fonte: autora (2023).

De acordo com Urpia e Sampaio (2011), dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE (2000), 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos. Nesse contexto, percebe que

cerca de 10% das mulheres ingressas nas universidades brasileiras com essa faixa etária, seriam mães de crianças pequenas, demandando assim, de políticas públicas que lhes possibilite permanecer no ambiente acadêmico e posteriormente, buscar chances melhores no mercado de trabalho.

Consoante ao fator idade, o estado civil da mãe universitária também se torna preponderante no que diz respeito a mensuração de possível rede de apoio para esta mulher enquanto ela acadêmica e necessitando conciliar as demandas de ambas as partes que ela está inserida. Assim sendo, a pesquisa maior parte das participes se declaram casadas assim, deduz-se que além de estudante também possui outras responsabilidades.

Gráfico 2: Estado Civil



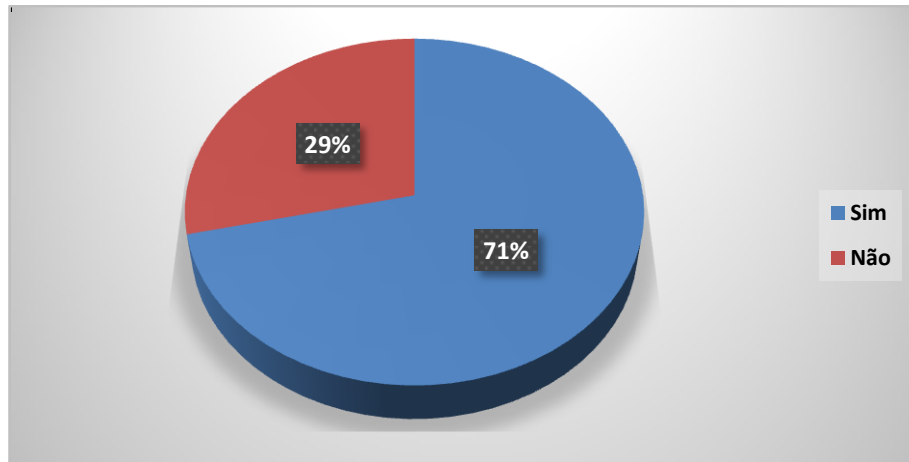
Fonte: autora (2023).

Uma pesquisa realizada por Silva et. al (2019) demonstrou que, no que se refere ao status civil, a maioria dessas alunas moram com seus companheiros. Entretanto, apesar de este fator ser preponderante ainda assim, não quer precisamente afirmar que as referidas de fato, possuem uma rede apoio a partir da figura do seu companheiro haja vista que, ainda é forte o discurso de que a mulher deve abrir mão de tudo para se dedicar a família e principalmente após ela se tornar mãe.

Congruentemente, além de conciliar maternidade e vida acadêmica, ainda existem as mulheres que também já estão inseridas no mercado de trabalho seja como autônoma ou funcionária de alguma empresa demandando assim, mais

responsabilidades para se adequar cabe ressaltar que há casos em que a mulher é a provedora da sua casa.

Gráfico 3:Trabalha Fora



Fonte: autora (2023).

Concernente a isso, verifica o quão pode ser desafiador para a mulher se emancipar a partir dos estudos tendo o vislumbre de seguir uma carreira profissional e dar conta das suas outras demandas apesar das conquistas ao longo dos séculos até o presente. Quanto a composição familiar das alunas percebe que cinco (05) a figura do esposo não aparece, enquanto que, nove (09) o esposo aparece, sendo que uma destas que além do esposo, também tem os enteados e outras duas (02) crianças, que se identificam de diferentes maneiras. Nesse contexto, afere em como a composição familiar pode impactar a vida da mãe acadêmica.

Tabela 01: Composição Familiar

1	Eu, filha
2	Eu, esposo e filho
3	Eu, minha filha, minha tia
4	Eu, esposo e dois filhos
5	Eu, esposo e duas filhas
6	Eu, esposo e filho
7	Eu e filha
8	Eu, filho e esposo
9	Eu, marido e filho
10	Eu, esposo e filho
11	Eu e filhos
12	Eu e filhos

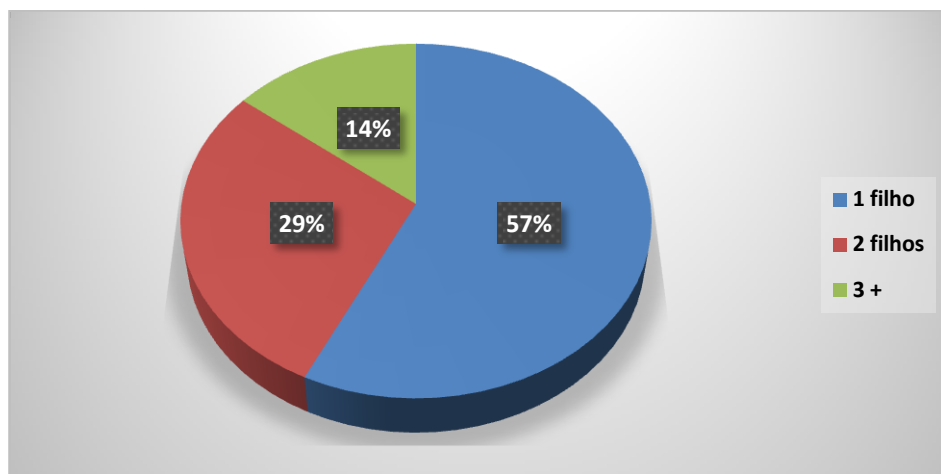
13	Eu, marido, 2 filhos e 2 enteados
14	Eu, marido e filhos

Fonte: autora (2023).

De acordo com Silveira (2019), é importante ainda destacar que a maternidade não é vivenciada de uma única forma e suas trajetórias na universidade também se diferenciam. As que não contam com o apoio familiar, do pai da criança ou de parentes, para conseguir concretizar o sonho de concluir uma formação superior.

Além desse fator, ainda há outros que podem corroborar significativamente para que mãe universitária opte pela desistência de sua formação como por exemplo, a discriminação por parte dos outros acadêmicos quando a mãe por algum motivo precisa levar sua criança para a universidade, mas nela, não espaço voltado para assistir a criança.

Gráfico 4: Quantidade de Filhos



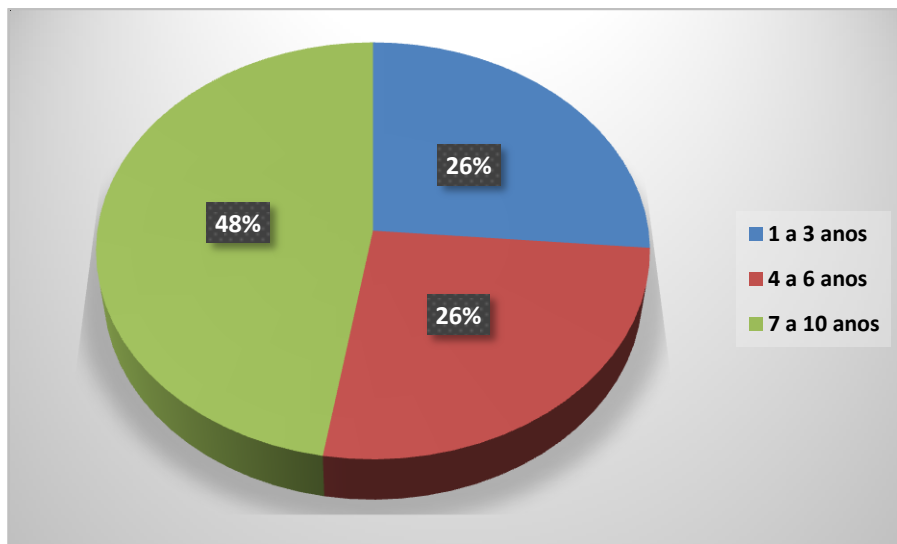
Fonte: autora (2023).

Na pesquisa, verifica-se que maior parte das mães entrevistadas tiveram apenas um (1) filho, mas só elas sabem o quão desafiador foi e tem sido, para eles darem segmentos aos seus estudos. Na contemporaneidade, tem sido possível notar que as pessoas tem se organizado cada vez mais em relação a quantidade de filhos que desejam ter e geralmente, se organizam para isso já com o pensamento em questões básicas como proporcionar educação e saúde de qualidade por exemplo.

Entretanto, também existem outras razões como as conquistas femininas em relação a possibilidade de formação e ingresso no mercado de trabalho que concede liberdade financeira e empoderamento as mulheres.

Desse modo, a autora assevera que a maioria delas ainda tem filhos na faixa etária jovem, também interrompem definitivamente a opção da maternidade cada vez mais jovem e com poucos filhos, enquanto outras postergam a idade para ter o primeiro filho para depois de alcançar uma estabilidade e independência financeira, e acabam, algumas vezes, por necessitar acessar as Tecnologias de Reprodução (TR) para ter filhos, já em idade avançada, o que revela os paradoxos da maternidade nestes novos tempos.

Gráfico 5: Faixa Etária dos Filhos



Fonte: autora (2023).

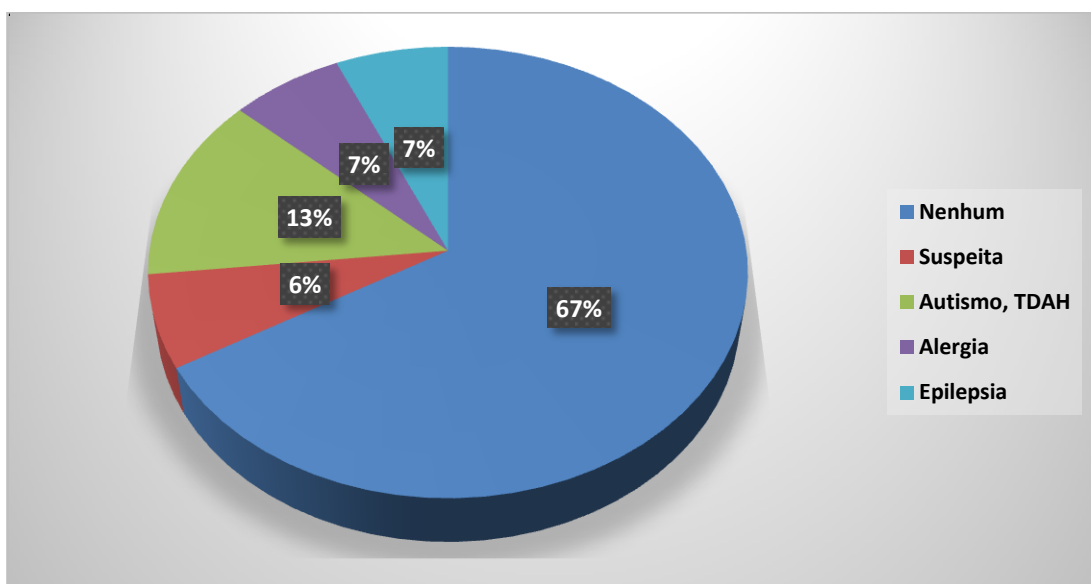
A faixa etária dos filhos pode implicar no rendimento da mãe quanto acadêmica, pelo que, quanto mais jovem for a criança, possivelmente mais cuidados demandará da mãe. Ainda que ela tenha uma rede de apoio funcional e eficaz há momentos em que a mãe é a única a fornecer aquilo que a criança necessita. É sabido que a tecnologia ao longo dos anos vem corroborando de maneira significativa com a maternidade, na atualidade o leite materno pode ser armazenado, a mãe pode acompanhar o filho pelo sistema de vídeo monitoramento, entre outros recursos.

Nesse sentido, Silva (2021) ressalta sobre a necessidade de elencar algumas iniciativas desenvolvidas por diferentes instituições de ensino superior espalhadas pelo país, que desvelam possibilidades de enfrentamento das necessidades de estudantes que tenham filhos e que precisam de suporte no cotidiano universitário para que possam permanecer e concluir os estudos na universidade.

Consoante com a autora, há uma variedade em relação a faixa etária dos filhos das partícipes, todavia, cabe ressaltar que esse é um pequeno quantitativo que participou da pesquisa similarmente, pode deduzir que outras mulheres viverão tal experiência num futuro próximo e como seria interessante se elas fossem contempladas com políticas públicas voltadas que pudessem possibilitar sua permanência na universidade mesmo se ela não contar com rede de apoio familiar.

No tocante as especificidades, atentou-se a essa questão pelo fato de que há crianças que desde o ventre materno já fora identificado com algum problema de saúde ou deficiência e que carece de atenção e cuidados mais específicos o que pode corroborar para que a mãe estudante necessite se ausentar por mais tempo da universidade ou então, não consiga acompanhar as disciplinas da maneira como é necessário em virtude a adequação da sua nova rotina quanto mãe e estudante.

Gráfico 6: Especificidades: Alergias, TDAH, Autismo



Fonte: autora (2023).

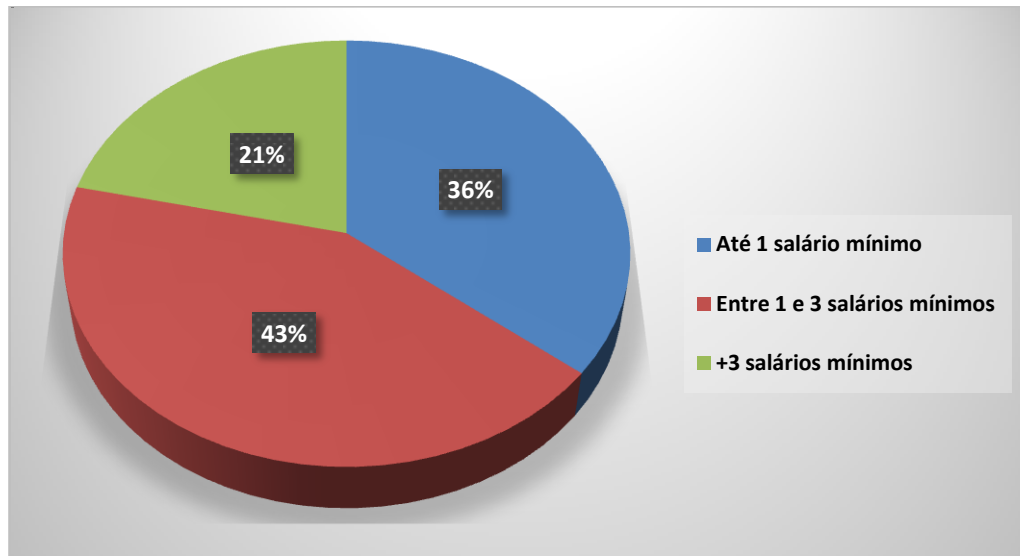
Das partícipes, a maioria informou que os filhos não necessitam de acompanhamento e atenção em detrimento a qualquer comprometimento da saúde dos filhos então, ainda que sejam mães e estudantes, sua rotina é distinta das outras que convivem também com a constante ida ao médico para acompanhamento da saúde dos filhos bem como, na maioria das vezes, o cronograma da medicação destes exigindo assim, mais esforço e dedicação da mãe universitária.

Silveira, (2019 p. 08), explana sobre a vida de uma mãe que seu filho diagnosticado com epilepsia “a partir daí, ele precisou tomar remédios controlados. Essa situação exigiu que eu estivesse mais presente e aumentou as cobranças sociais e pessoais acerca dos meus cuidados de mãe”. Na creche onde ele estudava, por exemplo, sempre era solicitada a minha presença, a da mãe, para administrar o remédio e raramente, era mencionada a figura do pai. Na agenda, os recados eram dirigidos à mãe e, além disso, eu observava a presença maior das mães em reuniões e eventos da creche.

Mediante a esse contexto, não se pode afirmar que todas as mães são iguais e enfrentam os mesmos desafios, pois isso é inverídico. Os filhos são para suas mães a melhor parte das suas vidas na maioria dos casos e as que se deparam com filhos que possuem alguma deficiência ou problema de saúde torna ainda mais evidente o anseio de estar perto, proteger, cuidar, mas ainda assim, elas querem também se realizar profissionalmente e ainda é notório a visibilidade que as mães tem quanto a responsabilização pelos filhos, no entanto, afere que os pais também podem ser solicitados, responsabilizados e orientados acerca da sua relevância para sua família.



Gráfico 7: Renda



Fonte: autora (2023).

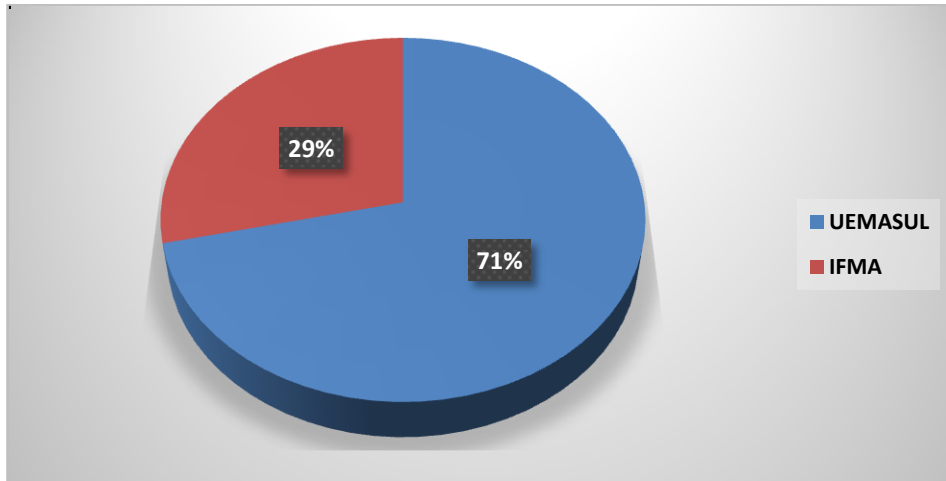
Nesta pesquisa não se buscou perceber sobre quem é o principal provedor da família, no entanto, se nota que nenhuma das participantes recebem menos que um salário mínimo mensal, porém, é interessante presumir que a vida financeira provoca impactos na vida da mãe universitária pelo que, as que não dispõem de rede de apoio familiar precisa remunerar alguém de sua confiança para cuidar dos filhos enquanto ela vai se dedica as demandas da universidade. “A atribuição de responsabilidades diferenciadas, resultantes da divisão sexual do trabalho, produz um acesso desigual a ocupações, renda e tempo” (Biroli, 2015).

A autora nesse contexto provoca uma reflexão e o faz no intuito de explicar que, apesar de muitas mulheres contribuir na geração da renda familiar ainda assim, fica por sua conta o cuidado com os afazeres domésticos, criação e acompanhamento dos filhos e na maioria das vezes, os homens continuam obtendo a isenção quanto a sua colaboração com tais atividades que também deveriam fazer parte da sua rotina haja vista que a construção familiar é uma responsabilidade de ambos quando assumem o compromisso de forma-la.

A temática abordada não contempla apenas acadêmicas de universidades públicas apesar de somente elas terem sido alvos da pesquisa, entretanto, torna necessário aludir que as instituições da rede privada também experienciam essas importantes fases da vida da mulher, contudo, o campo das

instituições privadas não tem sido alvo de estudo no sentido de aferir tal questão e posteriormente até mesmo traçar um paralelo entre ambos os tipos de instituição.

Gráfico 8: Onde estuda?

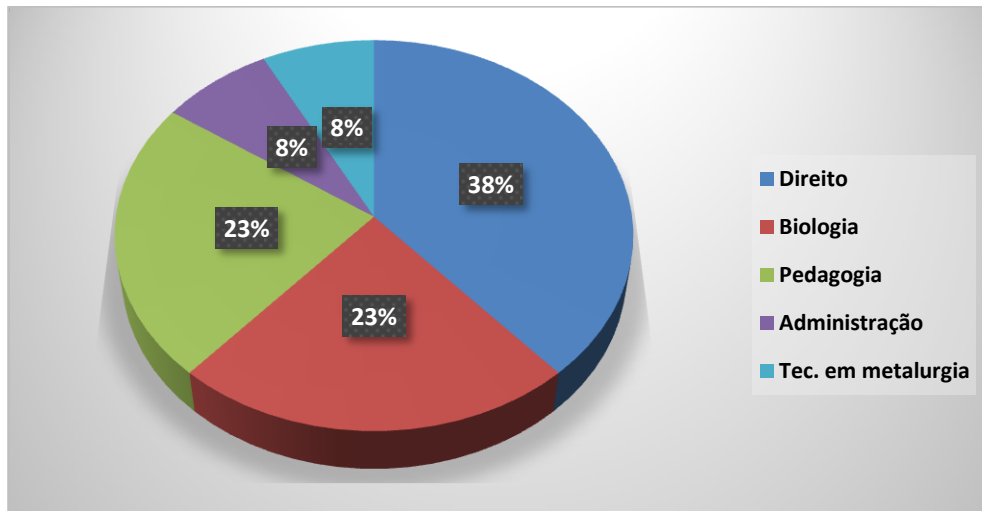


Fonte: autora (2023).

Silva e Guedes (2020) demonstram alguns programas existentes com a intenção de auxiliar as mães durante a fase da maternagem com seus filhos enquanto elas se voltam para os seus estudos em distintas instituições, porém, eles fazem ponderações quanto a acessibilidades destes programas institucionais em relação a contemplação de uma vaga por conta da burocracia. Quanto a formação acadêmica das mulheres ao longo da história percebe que elas antes, eram tidas como ideais para serem professoras e enfermeiras.

Consoante a isso, percebe que as participes estudam administração, áreas relacionadas ao contexto da educação e também do direito. Segundo D'Alonso (2008) As mulheres transcenderam o papel tradicional de meras donas de casa, tornando-se não apenas mães e esposas, mas também atuando como operárias, enfermeiras, professoras e, posteriormente, desbravando profissões como arquitetas, juízas, motoristas de ônibus, bancárias, entre outras das mais diversas áreas. Essa transformação significativa as colocou em cenários que, anteriormente, eram predominantemente masculinos.

Gráfico 9: Qual curso?

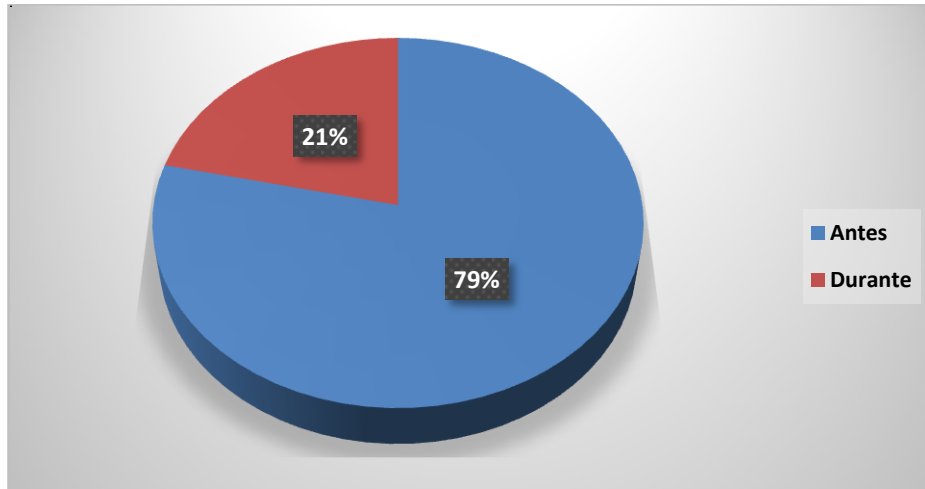


Fonte: autora (2023).

Assim sendo, observa-se ainda que, em algumas localidades como é o caso de Açailândia há uma grande oferta de formação profissional, contudo, ainda carece ampliá-la no sentido de contemplar a mulher a não se formar em uma área apenas para ter o ensino superior e sim, se formar e atuar na área que ela sempre almejou.

O ser humano possui suas singularidades e precisam ser respeitados por isso, existem mulheres que ingressam na universidade após constituir sua família, há mulheres que se tornam mães após a ingresso no mundo acadêmico e em ambas as situações carecem de respeito quanto a sua tomada de decisão além disso, também precisam da empatia tão comumente falada, mas não vivenciada em sua amplitude no cotidiano acadêmico para com as mães com crianças ainda pequenas.

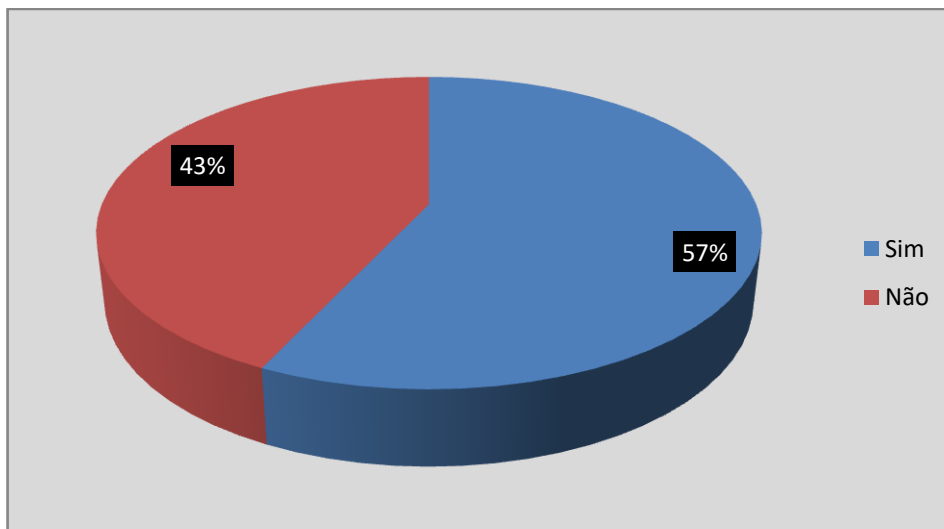
Gráfico 10: O nascimento do(s) seu (s) filho(s) foi antes a graduação ou durante?



Fonte: autora (2023).

De acordo com Torre e Semenzato, (2021, p. 27),” a maternagem é um papel ocupacional primordial na vida de muitas mulheres”. Para algumas mulheres, a maternidade se desenha por meio de um planejamento cuidadoso, respaldado por redes de apoio afetivo e financeiro devidamente organizadas. Por outro lado, para outras, a maternidade surge de forma inesperada, sem aviso prévio ou planejamento, gerando a sensação de algo que acontece fora de cronograma, no momento e local inadequados.

Gráfico 11: Você possuía uma rede de apoio com relação à maternidade?



Fonte: autora (2023).

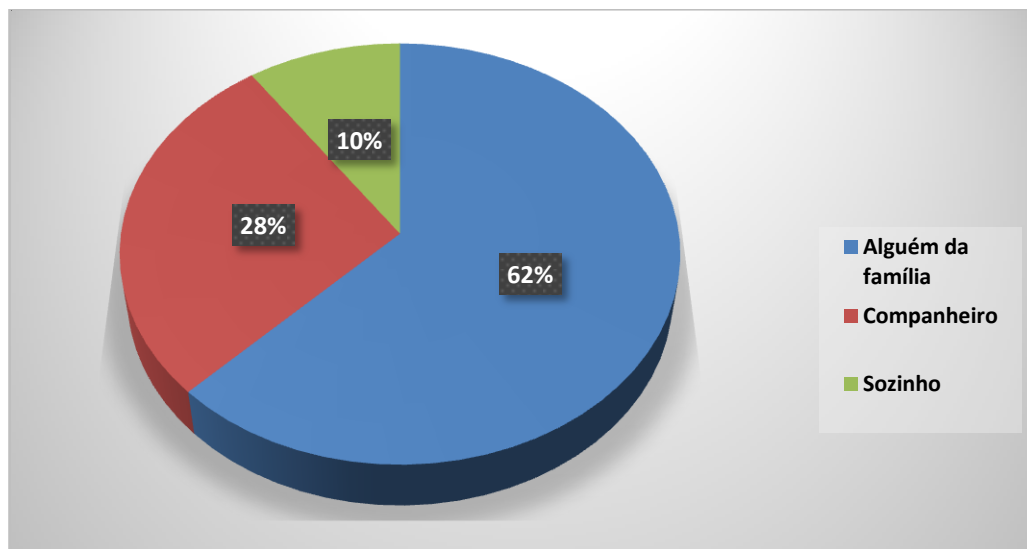
A rede de apoio em relação a maternidade não se restringe especificamente apenas aos cuidados direcionados para a criança, pois a mãe

também necessita de atenção, cuidados, tempo para cuidar de si mesma além de necessitar dar conta das demandas da universidade haja vista que existem prazos para serem cumpridos.

Da Silva e Agapito (2021) asseveram que, não ter uma rede de apoio para compartilhar as responsabilidades com filhos(as), principalmente durante o período das aulas, nem condições de custear alguém para tal, muito menos dispor de um espaço dedicado às crianças no ambiente acadêmico, acaba levando muitas mães-estudantes a irem acompanhadas com suas crianças e adolescentes para a instituição.

Contudo, apesar de todos esses fatores, geralmente, em casos onde não há outra opção, a mulher por falta de rede de apoio externa ou de políticas internas da instituição acaba por levar a criança mesmo tendo receio de passar por momentos difíceis, mas não desiste da busca pelo seu empoderamento, pois sabe que isso somente ocorre por meio da instrução que lhe possibilita galgar novos patamares.

Gráfico 12: Com que você deixa seus filhos/filhas quando está em aula ou atividade da universidade?



Fonte: autora (2023).

Após se tornar mãe, a mulher pode iniciar uma série de questionamentos a si mesma a respeito das suas responsabilidades, papel, em como conciliar tudo aquilo que ela já fazia no seu cotidiano e inclusive acerca das suas atividades

acadêmicas tendo em conta que, há prazos para entrega e existem momentos onde as tarefas demandam pesquisa de campo, por exemplo.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos 2018, realizada pela a ANDIFES e publicada em 2019, dá conta de que 60,7% dos filhos dos universitários ficam com uma pessoa responsável do sexo feminino enquanto, 71,8% com responsável do sexo masculino. Levando em consideração a referida pesquisa com os dados das participes nota-se que, as estudantes contam comumente com o apoio familiar no que corresponde aos cuidados com as crianças enquanto a mulher, se dirige a instituição de ensino.

Tabela 2: Como você descreve essa experiência de ser mãe e graduanda?

1	Complicada, como passo o dia fora de casa e a noite estudando acabo perdendo momentos importantes da vida dela e em relação a faculdade não consigo focar 100%.
2	É uma situação bem difícil de conciliar, pois temos que renunciar momentos com nossos filhos, nos cuidados e na educação deles.
3	Difícil, mas necessário
4	Estressante principalmente quando seu filho depende de você, mas ao mesmo tempo algo especial na minha vida futuramente para oferecer uma condição, mas favorável a toda a família!!
5	Desafiador, complicado, muitas vezes uma bagunça
6	Um pouco difícil
7	Complicada. Sempre há dificuldades.
8	É bastante complicada, pois mesmo que a gente tenha um apoio da família, nas horas de estudos estamos em casa com o filho, então o tempo que era pra ser dedicado aos trabalhos, atividades e leituras, acaba sendo diminuído devido os cuidados com o filho e com a casa.
9	Uma experiência muito difícil
10	É gratificante, porém com inúmeras dificuldades.
11	Não é fácil
12	Luta
13	Desafiadora mais possível.
14	Muito difícil, uma verdadeiro desafio.

Fonte: autora (2023).

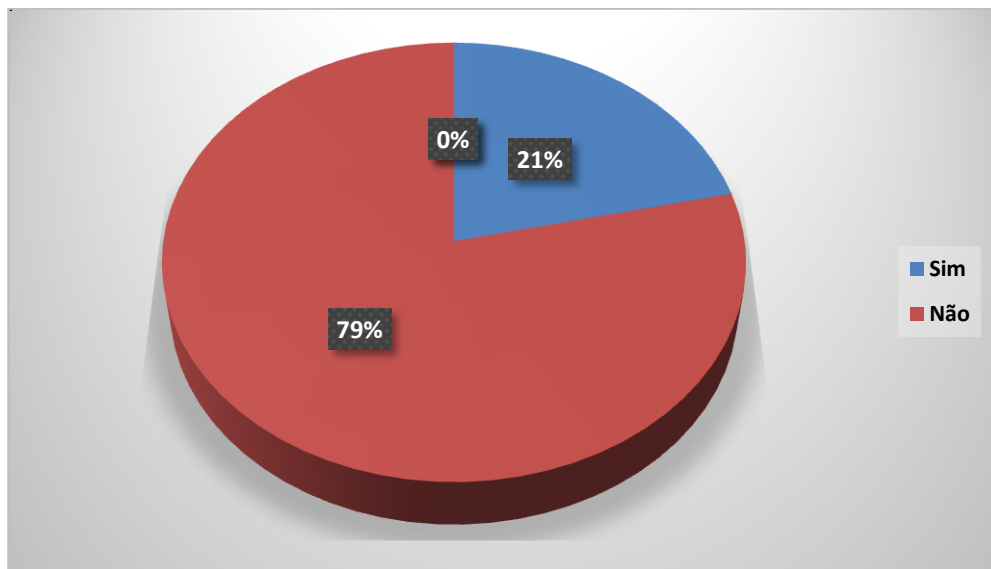
Em muitos casos a mulher não apenas é mãe e universitária apenas, existem as que trabalham fora para auxiliar no complemento da renda familiar, há também aquelas que são provedoras únicas para a sua casa e seus filhos. Todavia, apesar dos desafios enfrentados por estas mulheres, elas consideram necessário

conseguir terminar seu curso superior tendo em vista a busca por melhores condições de trabalho o que incide também no salário e impacta positivamente a sua família.

Para algumas mulheres, essa pode ser tida como uma experiência traumática conforme discorre Costa (2017, p. 49), levando em conta que há certo “desconforto e constrangimento, pois existe um novo ideal em nossa sociedade, onde as mulheres devem adiar a maternidade para um momento em que já possuam independência e estabilidade financeira”. Contudo, torna necessário ponderar que é na fase da universidade que a mulher também está hormonalmente mais suscetível a vivenciar a maternidade.

Nesse contexto, percebe que as partícipes apesar dos desafios encontrados no decurso dessa experiência, acreditam que vale a pena enfrenta-los no intuito de num futuro próximo poder oferecer aos seus filhos não apenas uma vida melhor financeiramente falando, mas também, o exemplo do quanto é importante persistir, a importância de se dedicar a busca pelo conhecimento e a diferença que tudo isso pode trazer e agregar a vida pessoal de um indivíduo.

Gráfico 13: Você trancou a faculdade, em algum período, por causa da maternidade?



Fonte: autora (2023).

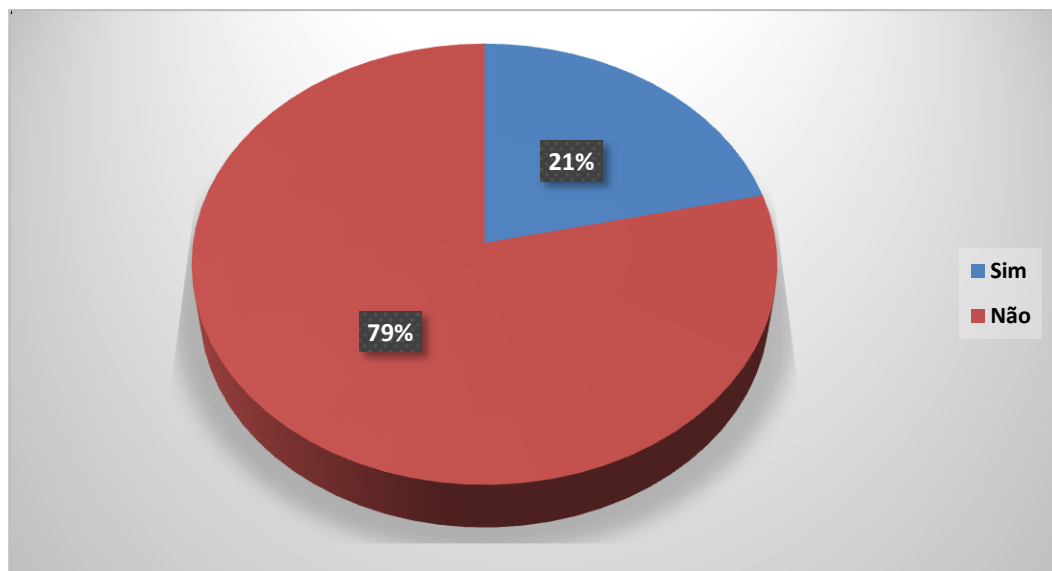
A maternidade como já dito altera a rotina da mulher quanto estudante universitária por fatores interligados a adaptação, cuidados para com a criança e

também consigo mesma além do mais, há mulheres que após o nascimento do bebê se depara com outros desafios e esse montante de fatores podem corroborar para que seja realizado o trancamento do período, entretanto, essa não é a realidade de todas as mulheres conforme se nota no gráfico abaixo. Nesse sentido a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDFES, 2019) esclarece:

Do ponto de vista da declaração de sexo, as pessoas do sexo feminino, que correspondem a 54,6% do público discente das IFES, têm os maiores percentuais entre os motivos de trancamento de matrícula para impedimento de saúde, dificuldade de aprendizagem e licença maternidade. Esta última abate-se quase exclusivamente um sexo, produzindo uma vulnerabilidade específica. Enquanto as pessoas do sexo masculino destacam-se para a insatisfação com o curso, o trabalho, o impedimento financeiro e o risco de ser jubilado. (ANDIFES, 2019, p. 184).

As questões interligadas a gênero e parentalidade pode se caracterizar como sendo uma variável mensurável haja vista que as condições socioeconômicas também necessitam ser tidas em consideração pelo que, os estudantes com mais poder aquisitivo podem fazer a escolha de se dedicar a seus estudos mesmo tendo uma criança para cuidar, pois mesmo que não tenha parentes por perto ainda assim, consegue criar uma rede de apoio para auxiliá-la.

Gráfico 14: Você alongou seu tempo de graduação por causa da maternidade?



Fonte: autora (2023).

Em alguns trechos do presente fora mencionada sobre a desistência ou trancamento por tempo determinado da matrícula do curso superior por mulheres cuja justificativa foi os cuidados para com sua criança principalmente quando ela ainda é muito pequena, por não conseguir conciliar as demandas destas funções além do mais, sabe-se que a história mostra que apesar de a mulher estar conquistando seu espaço quanto profissional ainda assim, ela é vista como sendo a principal responsável pelos afazeres domésticos.

Conforme Costa (2008) afirma em seu artigo, as mães universitárias sofrem por sua maternidade durante a graduação e muitas vezes acabam atrasando ou até mesmo paralisando o curso para poderem cuidar de seus filhos, principalmente pelo fato de não terem onde deixá-los. Desta feita, pressupõe que as mulheres conquistaram ao longo da história importantes direitos, no entanto, ainda há muito a ser desconstruído quanto ao seu papel em sociedade no sentido de colaboração para que elas consigam lograr êxito em todas as áreas da sua vida.

Tabela 3: Você enfrentou desafios para conciliar a maternidade com a graduação? Quais?

1	Sim, perder momentos importantes do crescimento e desenvolvimento dela
2	Sim, muitas das vezes tive que trazê-lo a faculdade comigo por não ter ninguém para ficar com ele, isso me afetava no aprendizado visto que tinha que dividir minha atenção a ele e o professor, e isso prejudicava também o meu sono, visto que estudo no horário noturno, e pela manhã ele tem que acordar cedo para ir à escola.
3	Deixa-a numa cidade e ir estudar em outra
4	Trabalho meio de transporte do meu domicílio a cidade onde faço o curso! E problema de saúde do meu filho!
5	Com certeza. muito embora tenha uma rede de apoio bacana e eficiente, exigem situações que eu esteja presente. geralmente o filho está doente ou não disponho de ninguém para estar com eles. não levo meus filhos para aula.
6	Sim.
7	Em alguns momentos. Quando necessitava dispor de muito tempo ou dias em eventos e precisava deixar minha filha na casa de outras pessoas.
8	Sim, nem sempre nossa rede de apoio está disponível para ficar com o filho durante essa jornada, sempre teve atritos e desentendimentos. E a falta de tempo livre também, atrapalha bastante, o cansaço, o sono, as noites mal dormidas, tudo isso afeta nosso rendimento nos estudos.
9	Sim, o tempo para realizar as atividades passadas pra fazer em casa, os sábados letivos sendo muito difícil até impossível encontrar alguém pra ficar com minha filha.
10	Sim, ser mãe e conseguir fazer as atividades do filho enquanto tenho as minhas, ir

Rua Godofredo Viana, 1.300 – Centro. CEP. 65901-480 – Imperatriz/MA. Fone: (99) 3528-4225

	para a universidade todos os dias não ter cm quem deixar etc....
11	Sim no início
12	Sim. Trabalho, tarefas domésticas e acompanhamento escolar dos filhos
13	Sim, como realizar trabalhos acadêmicos depôs que eles dormiam, e muitas vezes ter que leva- lós a faculdade por impossibilidade de deixar em casa.
14	Sim. Saúde psicológica das crianças.

Fonte: autora (2023).

Os desafios no decurso da graduação são encontrados até mesmo por quem ainda não tem filhos, mas para as mulheres que entraram na universidade com filhos pequenos ou se tornaram mães ao longo do curso, possivelmente, um dos maiores desafios seja vencer a culpa por não estar presente, por não oferecer os cuidados dela, para a sua criança, entre outros.

Equilibrar as diversas responsabilidades domésticas e as demandas universitárias é uma tarefa desafiadora, como evidenciado pelas entrevistadas quando indagadas sobre como conciliam as tarefas domésticas com os estudos. Entre as mães universitárias, 92% afirmaram que é difícil desempenhar ambas as funções com qualidade, pois inevitavelmente algo acaba sendo realizado de forma apressada. No entanto, apenas 8% consideraram a conciliação possível quando contam com o apoio da família. (Pereira, Abrão; 2019, p. 296).

Nesse entreposto percebe o quanto ainda há a necessidade de avanços na área do ensino que corrobore com a mulher de modo que, ela possa sair dos limites de ser apenas a cuidadora da casa e da família e tenha faticamente, oportunidade de ser também uma profissional reconhecida por fazer bem o seu trabalho. Contudo, verifica que isso necessita começar a partir do âmbito da universidade por meio de políticaspúblicas voltadas para este público com a finalidade de auxilia-las.

Não apenas com as crianças quando as mães não tiverem uma rede de apoio, mas também disseminação de conhecimento a respeito das leis existentes sobre os seus direitos em relação aos afazeres cotidianos acadêmicos, essa é uma maneira de também contribuir para que a mulher consiga conciliar ambas as responsabilidades.



Tabela 4: Como você se sentiu, emocionalmente, ao precisar terceirizar os cuidados com seu(s) filho(s) e com a ausência parcial na vida deles?

1	Angustiada.
2	Me senti muito triste com isso, fragilizada, várias vezes chorei e sempre com a sensação de incapaz por ter que ficar longe dele e não poder está ali com ele.
3	A gente se sente mal.
4	Não ter apoio do companheiro a falta de compreensão a falta apatia em certas situações!
5	ir para universidade com dois filhos pequenos foi uma escolha pessoal. É difícil? sim, mas quando necessário eu falto.
6	Sim.
7	Incapaz.
8	Muitas vezes, me senti triste, preocupada, angustiada, por não dá conta de tudo, e os pensamentos acabam atrapalhando o nosso foco, as coisas vão ficando pra última hora e acaba que não fica algo bem feito.
9	Não muito bem.
10	Depressiva. Me culpo todos os dias.
11	Difícil porque os filhos precisam da presença das mães diariamente.
12	Impotente.
13	Não precisei.
14	Continuo me sentindo egoísta.

Fonte: autora (2023).

Em se tratando da necessidade de deixar a criança com outra pessoa para se dirigir a universidade ou para se fazer presente em alguma atividade fora do campus para a mãe não é tarefa fácil. Muitas das vezes, elas até contam com o apoio e auxílio do companheiro ou de algum outro membro familiar para ficar com a criança, mas a mãe quer estar por perto, se preocupa com cada detalhe do cotidiano da criança em relação ao seu desenvolvimento e essa ausência pode afetar não apenas a mãe como também os filhos.

Assim, Joaquim, et. al; (2022), asseveram que permeia, o sentimento de culpa surge como se a mãe estivesse cometendo um equívoco ao buscar dar continuidade aos seus estudos em vez de se dedicar exclusivamente ao cuidado do seu bebê. Essas questões recaem principalmente sobre as mulheres, que são frequentemente julgadas por suas decisões: a culpa por engravidar, a culpa por ter um bebê e a culpa de se afastar, mesmo que por breves momentos.

Tabela 5: Que ações ou políticas poderiam favorecer a conciliação da maternidade com a formação superior (graduação)?

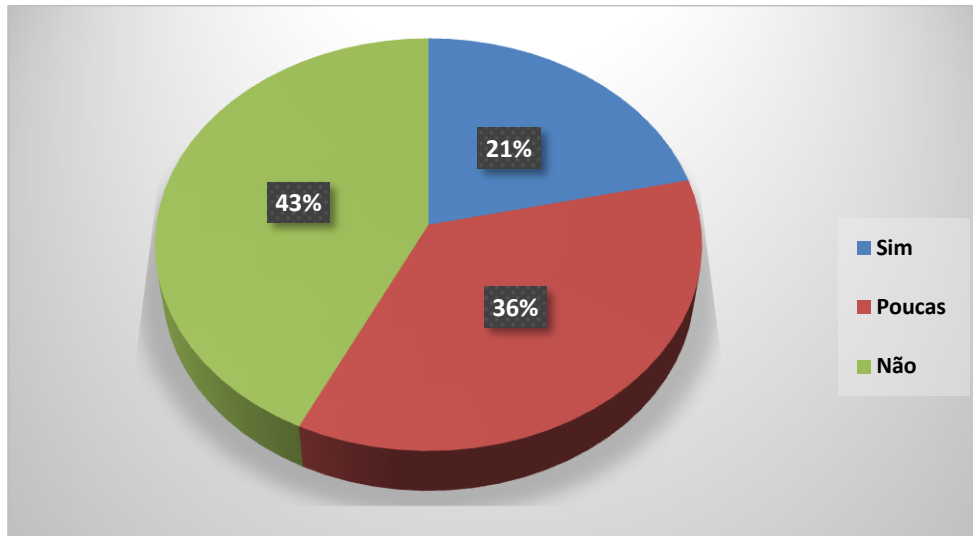
1	Creche universitária
2	A criação de sala para que as mães pudessem trazer seus filhos e deixar lá com alguém enquanto estuda seria um apoio muito bom.
3	Uma ajuda de custo
4	A instituição está há par, ou seja, ter um dossiê de mães que possuem algum filho em situação que estão em tratamento e apoio psicológico a essas mães!
5	Não acredito que seja obrigação da instituição fazer esse papel.
6	Não conheço nenhuma
7	Auxílio maternidade e brinquedoteca em espaços institucionais.
8	A flexibilidade de horários, um apoio dentro da universidade, talvez com uma brinquedoteca, para os dias que a gente não tivesse com quem deixar a criança.
9	Ter um espaço para as crianças pra as mães que não tem ninguém pra ficar com seu filho, e não deixar de estudar por causa disso
10	Acredito que um auxílio ou uma rede de apoio ajudaria bastante.
11	Seria uma ajudar essencial
12	A universidade tem que ter conhecimento de quem passa por isso e ser maleável em algumas situações
13	Primeiro lugar se mãe deseja realmente fazer a faculdade durante precisar entender primeiro que o seu filho é prioridade, depois verificar a possibilidade de realizar os trabalhos acadêmicos em casa.
14	Brinquedoteca com cuidador no ambiente acadêmico.

Fonte: autora (2023).

As políticas públicas quando voltadas de maneira adequada para o público para o qual fora elaborada, incide diretamente na qualidade de vida daqueles que a utilizam além do mais, proporciona a seguridade de direitos bem como proporciona uma descompressão nestas mães oferecendo a elas não apenas oportunidade de se tornarem boas profissionais, mas assegurando o contato com seus pequenos mesmo dentro do campus universitário.

Também, percebe que toda implementação estrutural carece além de financiamento, interesse por parte dos responsáveis pela instituição, no entanto, quando se trata da coisa pública, notadamente há um discurso de acesso, inclusão, etc, mas, na prática não há políticas voltadas para esse público na maior parte das universidades do país e na cidade de Açailândia, não tem sido diferente.

Gráfico 15: Você considera que conhece as Políticas de Assistência Estudantil voltadas para mães estudantes?



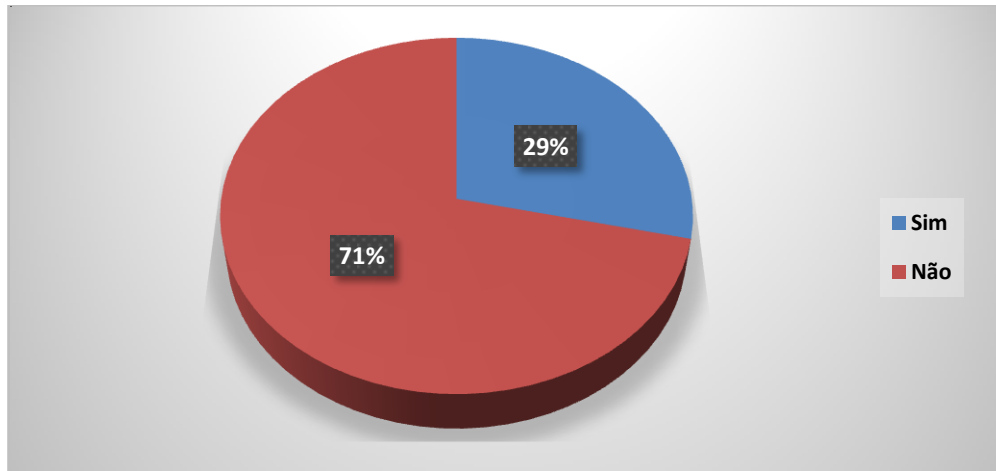
Fonte: autora (2023).

Mediante a esse questionamento a maior parte das participantes mencionaram não conhecer, possivelmente a falta de conhecimento em relação a tais políticas pode ter colaborado que elas não experienciassem a maternidade e a vida acadêmica de maneira mais significativa e proveitosa acarretando assim, uma sobrecarga no que diz respeito ao concílio de ambas as funções principalmente nos primeiros anos dos filhos destas.

Para Andrade(2022), é a dificuldade de acessar as informações na agilidade que é necessária, às vezes as discentes não têm um acompanhamento diário dos editais, das páginas, de não conhecer também todo esse aparato legal da assistência estudantil. De fato, ao serem questionadas se conheciam a legislação que fundamenta a assistência estudantil, todas as discentes participantes afirmaram desconhecer.

Assim, torna notório que a comunidade acadêmica em muitos casos são leigos quanto aos seus direitos e por isso, não usufruem dos mesmos. No caso das mães universitárias, percebe o quanto ainda é necessário ampara-las legalmente sem a necessidade da permissão por parte dos gestores acadêmicos bem como, financiar políticas públicas que visem assistir a criança dentro da universidade nos seus primeiros anos de vida principalmente para que a mãe consiga se concentrar na sua formação acadêmica.

Gráfico 16: Você recebe algum apoio motivacional ou financeiro por parte de seus familiares ou Universidade?



Fonte: autora (2023).

Há fatores que corroboram significativamente tanto para o acesso quanto para a permanência do indivíduo no ensino superior e eles, se tornam ainda mais necessários em se tratando de mães universitárias. Assim sendo, Ferreira (2022), estudou e investigou a temática por meio do Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas, e sua pesquisa abordou sobre o impacto que tais auxílios podem acarretar a aluna.

Concernente ao apoio, Ferreira, (2022), aponta que dentre os recursos oferecidos pela UFAM, há outros auxílios que se abrem editais como menor frequência na universidade, mas que se fossem regulares poderiam ajudar o grupo dessas mães em estudo, tais como: auxílio para a compra de materiais para ajudar nos estudos, auxílio creche para apoiar as mães com poucas condições aquisitivas a estudar enquanto seu filho estiver em um local seguro e o auxílio internet para assegurar a acessibilidade nos conteúdos das aulas.

Entretanto, é notório que esta não é a realidade de todas as universidades do país apesar de haver a necessidade de criação e investimento em políticas públicas que possibilitem não apenas o acesso, mas também a permanência da estudante mesmo após ela se tornar mãe haja vista que nem todas contam com rede de apoio familiar.

22: Como você, sendo mãe e dona de casa, lidou com as dificuldades de ingressar e permanecer no curso?

1	É bem difícil, mais com um pouco de esforço e apoio da família a gente vai conseguindo superar.
2	Para mim foi desafiador, várias vezes pensei em desistir
3	Com dor no coração
4	Ainda em trajetória na formação!
5	normal. faço escolha, lido com as consequências
6	Sim, existe uma dificuldade muito grande
7	Só foi possível através da ajuda familiar.
8	Pensamento positivo de que é uma fase, difícil, mas que com força, determinação eu iria conseguir. Agora estou no final do curso, sinto que venci, não foi fácil, mas eu consegui.
9	Tá sendo quase impossível
10	Lidei de forma depressiva. Hoje confesso que carrego um peso enorme nos meus ombros estou à beira de me formar mais a vontade de desistir foi inúmera, meu filho tá no 2º ano e não sabe nem escrever o nome completo infelizmente me culpo por isso, pela falta de tempo que tenho de auxiliar ele.
11	Complicado, mas estou tentando superar por faltar de trabalho ainda está mais difícil ainda
12	Sendo persistente
13	Não
14	De forma insegura.

Fonte: autora (2023).

Partindo desse pressuposto, cabe ressaltar que nem todas as mulheres ingressam no ensino superior logo após o término do ensino médio e muitas das vezes é justamente por causa da sua formação familiar que ela deixa a graduação para posteriormente.

Nesse sentido cabe levar em consideração o que diz Silvestre, (2019), criam com estas jovens mães os primeiros fios deste processo de transição, construindo redes de significados, para algumas destas o apoio limita-se a figura materna, já pra outras a rede de apoio familiar compreende um número maior de pessoas disponíveis. Consoante aos relatos das participantes verifica que para a maioria não fora uma decisão fácil de ser tomada e sustentada no decurso da graduação.

## 6 CONCLUSÃO

As mulheres têm ocupado papel de discussão social ao longo dos anos quanto ao desenvolvimento do seu papel em sociedade pelo que, por muito fora tratada como apenas aquela que cuida dos afazeres domésticos, da família principalmente, no tocante a criação, cuidados e acompanhamento dos filhos no decurso do crescimento e formação deles.

Contudo, à medida que elas foram sendo reconhecidas como capazes de assumir outros papéis percebe que apesar de elas ocuparem cargos e posições relevantes ainda assim, comumente, os afazeres relacionados ao âmbito domésticos e a maternagem ainda são tidos como responsabilidades exclusivas da mulher. Nesse interstício, afere um crescimento expressivo de mulheres que frequentam os cursos universitários e na atualidade, não apenas os que são diretamente voltados para a área de ensino ou cuidados com a saúde pelo que, as áreas de direito e engenharias tem sido também alvos de procura por parte do público feminino.

Dito isso, há mulheres que já ingressam na universidade sendo mães e outras, se tornam mães no decurso da sua graduação. Nesse contexto, torna preponderante não apenas observar as áreas profissionais onde mais se concentram o referido público, mas compreender acerca das demandas que as mulheres mães universitárias possuem, verificar quais os seus principais desafios e como as políticas públicas podem colaborar para que estas mulheres não alonguem ou desista da sua formação profissional em virtude da falta de concílio entre a sua criança e as atividades acadêmicas.

Nesse entreposto, a pesquisa revelou que o público participante em ambas as instituições de Açailândia não discutem sobre a falta de políticas públicas destas no sentido de auxiliá-las com suas crianças caso, não tenham rede apoio haja vista que, existem mulheres que não gestaram de modo planejado, no entanto, elas não podem apenas desistir de um sonho para vivenciar outro e por isso, percebe-se que elas se desdobram para dar conta de tudo aquilo que é tido como sendo sua responsabilidade, entretanto, ao final, também torna possível observar que elas carregam um profundo sentimento de culpa por acreditar que tudo que fizeram, não fora suficiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, MIRIAM; CASTRO, MARY GARCÍA; WAISELFISZ, JÚLIO JACOBO. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam.** Brasília-DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015.

ANDIFES. **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.** V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018. Brasília, 2019. PDF.

BIROLI, Flávia. **Responsabilidades, cuidado e democracia.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº18. Brasília, setembro – dezembro de 2015, pp. 81-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYNnRDP9FzFYX3hgmNxmv5q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 11. 634/2007.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03). Acesso em 18 de out. de 2022.

BRASIL. **LEI. No 6.202, DE 17 DE ABRIL DE 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm). Acesso em: 05 de jun. de 2023

CARNEIRO, Terezinha Feres. **Família e casal: efeitos da contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

COSTA, Arilane LIMA DA. **A assistência estudantil como ferramenta determinante para a garantia do direito à educação: a realidade de algumas mães da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).** Universidade Federal do Rio Grande do Norte

D' ALONSO, G.L. **Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias.** Psicol Am Lat. México. N.15, dez. 2008. Disponível em <<http://www.inesc.org.br>> Acesso em 17 de setembro de 2023.

DA ROSA, Jaqueline Maciel Toniolo et al. **Vivências de mulheres que se tornam mães no contexto acadêmico.** Disciplinary Scientia| Saúde, v. 19, n. 2, p. 161-167, 2018.

DA SILVA, Ana Paula Rosa. AGAPITO, Juliano. **Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação.** Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares. Joinville, v. 2, n. 4, 2021.

DELOTTE, J; O, MIALON; L. D'ANGELO; O. TOULLALAN; A. BONGAIN. **Une brève histoire de la césarienne: A brief history of caesarean section.** La Lettre du Gynécologue - nº 321 - avril 2007.



ESTEVEES, J. R., & MENANDRO, P. R. M. **Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência.** Estudos de Psicologia, v.10, n.3, 2005.

FERREIRA, Karoline da Rocha. **VIVÊNCIA DE MÃES UNIVERSITÁRIAS DO ISB/UFAM.** Revista Construção Psicopedagógica, 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, JP. **Início, Desenvolvimento e Fim da Vida Humana Possíveis – Contribuições Para Educadores.** Editora Unijuí, Ano 31 nº 98, 2016.

JOAQUIM, A. R. S.; ARAGÃO, J. E. O. S.; MANSÃO, A. C. R. **MATERNIDADE E VIDA UNIVERSITÁRIA ENTRE DIFICULDADES, DILEMAS E CULPA.** Online. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2022

LACERDA, A.; VALLA, V. V. **As Práticas Terapêuticas de Cuidado Integral à Saúde como Proposta para Aliviar o Sofrimento.** Rio de Janeiro: IMS - UERJ/ABRASCO, 2004.

MALDONADO, MT. **Psicologia da Gravidez: parto e puerpério.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, APV. **A ciência obstétrica. In: Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

NORONHA, MMS. **A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA.** Revista Pitágoras – Vol. 3/2012.

OLIVEIRA, AR. **Nascer e morrer, em Portugal, na Idade Média.** Phármakon : do combate da enfermidade à invenção da imortalidade. Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019.

OLIVEIRA, R.C. **Adolescência, Gravidez e Maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho.** Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.93-102, 2008

PEREIRA, ACF; FAVERO, NALG. **História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência.** 2017.

PEREIRA, K. L.; ABRAO, K. R. **A mulher na família e na universidade e as transformações sociais.** Revista Humanidades e Inovação, v. 6, n. 17, p. 281–301, 2019.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** Online. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

RIBEIRO, FLAVIA GRIPP. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB.** 2017.

SAMPAIO, S. M. R. **Observatório da Vida Estudantil: histórias de vida e formação na educação superior.** In: III CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA, 2008.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais.** Cadernos Pagu, 16, 37-150. (2001).

SILVA, Jeane Santana da. ALVES Mirelle Brandão. **A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA campus VII Codó.** [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA7\\_ID6131\\_27082019105207.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID6131_27082019105207.pdf).

SILVA, carlaandréa. **Mães universitárias: contribuições de projeto assistencial para a permanência na universidade.** Revista Espaço Acadêmico. Agosto-2021

SILVA, OBDÁLIA SANTANA FERRAZ. **Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?** Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38, p. 357-368, 2008.

SILVEIRA, Pâmela. **SER MULHER, MÃE E UNIVERSITÁRIA: Narrativas de estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.** Florianópolis Junho, 2019.

SILVESTRE, Débora Lameira. **MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS MÃES DO CAMPUS DA UFPA EM CASTANHAL.**

STRAPASSON, M.R.; NEDEL M.N.B. **Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade.** Rev Gaúcha Enferm. Porto Alegre (RS). v.31, n.3. 2010.

TORRE, Larissa C.; SEMENZATO, Carolina de Campos. **“Ele achou que ia ganhar um diploma também”: a experiência de mães estudantes e seus bebês, nos cursos de graduação de uma universidade pública.** 2021

URPIA, Ana Maria de Oliveira. SAMPAIO Sônia Maria Rocha. **Mães e universitárias transitando para a vida adulta.** Salvador: EDUFBA, 2011.